RELATÓRIO & CONTAS 2022

Banco BIR
Temos Resposta

Banco BIR

Temos Resposta

TEMOS RESPOSTA

O ano de 2022 veio confirmar que, depois da pandemia, nada será como antes.

Apercebemo-nos disso, numa multiplicidade de sectores da vida humana, seja nas ciências, seja nas actividades empresariais, de ensino ou de lazer. Fomos todos afectados.

Os contextos adversos estimulam com frequência a arte e o engenho humano a reagir aos desafios levantados, transformando dificuldades em oportunidades, problemas em soluções. Consciente desta conjuntura, o Banco BIR acelerou o seu processo de transformação digital, sobretudo com vista a elevar a qualidade do serviço prestado aos clientes, procedendo a investimentos tecnológicos relevantes, também alargados à área da cibersegurança. É neste patamar de desenvolvimento, refor çando competências e serviços, inovando nos produtos, que o Banco BIR se continua a afirmar como entidade financeira de plena dimensão, num percurso de apoio ao futuro da economia angolana.

Primando por uma boa governança – pautada por normas responsáveis, acções estruturadas e reguladas com parceiros de negócio e actores da sociedade civil e da administração central –, o Banco BIR define no seu âmbito estratégias de sustentabilidade.

Em todos os seus domínios, o BIR garante e reforça o seu lema: “Temos Resposta”.

1 MENSAGEM DOS PRESIDENTES
005 — 007

2 DESTAQUES DE 202
008 — 009

3 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO
010 — 028

4 GOVERNO CORPORATIVO
029 — 037

5 A FUNÇÃO COMPLIANCE
038 — 046

6 GOVERNO E ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DE RISCO
047 — 054

7 CAPITAL HUMANO
055 — 063

8 RELATÓRIO DE GESTÃO
064 — 075

9 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS
076 — 183

10 ANEXOS
184 — 186

11 BIBLIOGRAFIA
187 — 188

1 MENSAGEM DOS PRESIDENTES

MENSAGEM DOS PRESIDENTES

As tensões geopolíticas marcaram, significativamente, o comportamento da economia mundial em 2022, destacando-se o conflito na Europa, entre a Rússia e a Ucrânia, com forte impacto na subida dos preços da energia, dos alimentos, a escassez de mão de obra, o aumento exponencial da inflação e a subida vertiginosa das taxas de juros.

A par disso, manteve-se a ameaça de recrudescimento da pandemia Covid 19 e o efeito dramático das alterações climáticas, preocupantes em muitas partes do globo.

De notar que maiores preocupações tiveram as economias dos mercados emergentes, obrigando-os a recorrer a empréstimos externos consideráveis e a estar dependentes das constantes variações estratégicas dos mercados desenvolvidos.

No entanto, não obstante os fortes desafios enfrentados pela economia mundial, Angola obteve do FMI uma avaliação positiva do seu Programa de Financiamento Ampliado (EFF), consolidando o equilíbrio externo e fiscal da sua economia, promovendo o crescimento diversificado e sustentado.

O preço médio de exportação do barril de petróleo, que é o nosso maior produto de exportação, durante o ano de 2022, foi cerca de USD 101,00, representando um aumento de 51%, comparativamente ao ano homólogo anterior.

Em face disso, registaram-se melhorias na execução do plano estratégico Governamental, com especial destaque ao PIIM (Plano Integrado de Intervenção nos Municípios), que vem contribuindo para o aumento do número de salas de aulas, estabelecimentos hospitalares,

distribuição de mais água potável, melhoria das vias de comunicação, combate à seca e um relançamento da actividade económica das pequenas empresas de natureza familiar, focadas na produção de bens agrícolas e pecuários, em todo o País.

Por outro lado, o Banco Nacional de Angola, através do seu Comité de Política Monetária, decidiu reduzir a taxa básica de 20% para 19,5% e a taxa de juros da facilidade permanente de cedência de liquidez de 23% para 21%; ao mesmo tempo a moeda nacional, o Kwanza, apreciou cerca de 9%, em relação ao Dólar Norte Americano e 14%, em relação ao Euro.

Igualmente, as taxas de juros dos instrumentos de dívida pública, durante o período, foram também reduzidas, destacando-se a evolução das OTNR de 2 e 4 anos para 9,5 p.p. e 8,5 p.p., respectivamente.

A taxa de inflação acumulada em Dezembro de 2022 foi de 13,86 %, o nível mais baixo dos últimos 4 anos, cumprindo-se com as metas estabelecidas no Orçamento Geral do Estado, OGE, de 2022 que apontava para uma taxa inferior a 18%.

As reservas internacionais líquidas (RIL) fixaram-se, durante o período, em USD 14,5 Mil Milhões e, embora fosse menos USD 1,0 Milhões, em relação ao ano homólogo anterior, ficou assegurada a cobertura de 6 meses de importação de bens e serviços.

O BIR soube interpretar devidamente os sinais de estabilidade, apesar das medidas ainda restritivas do Regulador do Sistema, sendo fiel à implementação bem sucedida do seu plano estratégico 2021-2024.

Assim sendo, apostamos numa maior proximidade com os clientes, por serem eles uma das principais razões da existência da nossa instituição, reforçamos a sustentabilidade do modelo de negócio, criando maior robustez e confiança junto dos stakeholders.

Apostamos, igualmente, no reforço das competências digitais como forma de simplificar e educar o público nas suas operações, obtendo ganhos de eficiência, mitigação do risco e melhor disponibilidade de novos produtos e serviços personalizados.

Prestamos uma atenção especial ao capital humano, como forma de potenciar o desenvolvimento e crescimento do Banco, procurando recrutar talentos e juventude, a quem é dada formação continua e adequada às suas capacidades e, com mérito, poderem acrescentar valor à instituição e a si próprios.

A Gestão do risco é observada como elemento central da visão estratégica do BIR, sendo que na avaliação de todas as suas categorias, nos termos em que nos é exigido pelo Regulador do Sistema, posicionamo-nos equidistantes de quaisquer ameaças que venham impactar, negativamente, o seu desempenho.

Terminamos o ano de 2022 com um activo líquido de mAOA 214.490.595 que, comparativamente ao ano anterior, representa um crescimento de 38,97%. Os depósitos cresceram 38,19% e os fundos próprios em 44,46%.

Mantivemos um nível elevado do rácio de solvabilidade, 34,8 % contra os 10% exigíveis, e o número crescente de clientes em mais 40,76%, comparativamente ao ano anterior, reflecte a eficiente e diversificada oferta de produtos e serviços que disponibilizamos, incluindo um serviço de banca electrónica eficaz.

O resultado líquido alcançado, no montante de mAOA 16.260, traduzido num incremento em 80% relativamente ao ano anterior, é o corolário de um árduo trabalho sustentado pelas melhores práticas de Governação Corporativa, no estrito cumprimento dos normativos instituídos, capacidade de inovar e oferecer novos produtos aos nossos clientes, uma criteriosa gestão do risco e utilização de ferramentas tecnológicas adequadas à sustentabilidade do negócio.

TEMOS RESPOSTA.

GENEROSO HERMENEGILDO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho de Administração

LÍGIA MARIA GOMES PINTO MADALENO
Presidente da Comissão Executiva

DESTAQUES DE 202•2

BALANÇO
(Milhões de AOA)

214.491
ACTIVO

36.874
CRÉDITO BRUTO

169.787
DEPÓSITOS

39.387
FUNDOS PRÓPRIOS

RESULTADOS E RENDIBILIDADE
(Milhões de AOA)

28.486
PRODUTO BANCÁRIO

16.260
RESULTADO LÍQUIDO

39,8%
RÁCIO DE EFICIÊNCIA

54,6%
ROAE

9,1%
ROAA

SOLIDEZ E QUALIDADE DO CRÉDITO

34,8%
RSR

1,1%
CRÉDITO VENCIDO

378%
COBERTURA DO CV POR IMPARIDADES

ESTRUTURA

6
AGÊNCIAS

36
ATM'S

9.959
CLIENTES ACTIVOS

131
COLABORADORES

4
CENTROS DE ATM'S

2.672
POS

10.355
CARTÕES ACTIVOS

3 ENQUADRA-MENTO ECONÓMICO

3.1 ECONOMIA MUNDIAL

O desempenho da economia mundial em 2022 foi claramente afectado por três factores: (1) a política monetária restritiva seguida pelos principais bancos centrais com vista a combater a escalada da inflação; (2) a guerra na Ucrânia; e (3) o ressurgimento da Covid-19 na China. Apesar destes factores adversos, o crescimento do PIB real foi mais forte do que o esperado em várias economias nos primeiros nove meses do ano, nomeadamente nos EUA, na zona euro e nas principais economias emergentes e em desenvolvimento.

Em muitos casos, as razões desta evolução mais favorável vieram de factores domésticos: um consumo privado e investimento mais fortes do que o esperado num contexto de alguma rigidez no mercado de trabalho e um suporte a nível de política fiscal maior do que o antecipado. As famílias também aumentaram os seus níveis de despesa para satisfazer uma procura que estava deprimida, em especial em serviços. Este aumento do consumo deveu-se graças à redução das suas poupanças à medida que as economias reabriram. O investimento das empresas aumentou também para satisfazer essa maior procura.

Do lado da oferta, o alívio dos apertos no fornecimento de alguns bens e os menores custos de transporte reduziram as pressões sobre os preços dos inputs e permitiram uma recuperação em sectores que antes apresentavam limitações, como é caso dos automóveis. De referir também que os mercados energéticos se ajustaram mais rapidamente do que o esperado ao choque da guerra na Ucrânia.

Dito isto, esta melhoria da actividade económica desapareceu na maioria – embora não em todas – as principais economias durante o quarto trimestre de 2022. O crescimento dos EUA manteve-se mais forte do que o antecipado, com os consumidores a continuarem a gastar as suas poupanças e o desemprego a manter-se perto de mínimos históricos graças à resiliência do mercado de trabalho. Contudo, noutros países, os indicadores de actividade (como sejam os índices de confiança das empresas e dos consumidores e os inquéritos à actividade empresarial) apontavam para um abrandamento generalizado.

Em particular, a actividade económica na China desacelerou no final do ano devido aos novos surtos de Covid-19 em Pequim e noutras zonas densamente povoadas. Estes novos surtos levaram ao ressurgimento dos confinamentos durante parte de 2022 e até ao relaxamento destas restrições no final do ano, levando depois a uma reabertura completa da economia. Por outro lado, o sector imobiliário chinês continuou a contrair e manteve-se em crise.

As autoridades chinesas responderam com uma flexibilização adicional da política monetária e fiscal, novas metas de vacinação para idosos e medidas para apoiar a conclusão de projectos imobiliários inacabados. No entanto, os níveis de confiança dos consumidores e das empresas permaneceram deprimidos no final de 2022. A desaceleração económica da China reduziu o crescimento do comércio mundial e os preços internacionais das matérias-primas.

Na Europa, o crescimento económico foi mais resiliente do que o esperado face ao grande choque negativo dos termos de troca causado pela guerra na Ucrânia. Esta resiliência reflecte, em parte, o apoio dos governos dos diversos países da União Europeia às famílias e empresas afectadas pela crise energética, bem como o dinamismo da reabertura das economias.

Os preços do gás diminuíram mais do que o esperado graças aos maiores fluxos nos gasodutos e de gás natural liquefeito não-russos, à menor procura de gás e a um inverno mais quente do que o normal. Contudo, a inflação manteve-se em torno dos 10% (ou mais) em vários países da zona euro, levando o BCE apertar as condições financeiras das famílias e das empresas e a arrefecer a procura no sector da habitação e não só.

Em termos da África Subsariana, a recuperação que se verificou em 2021 foi abruptamente interrompida no ano seguinte. De facto, a actividade económica tinha finalmente recuperado dos efeitos adversos da pandemia da Covid-19 e o crescimento do PIB real atingiu os 4,7% em 2021. No entanto, o crescimento económico na região voltou a desacelerar em 2022 e deverá ter atingido os 3,6% maioritariamente devido (1) ao abrandamento da economia mundial, (2) às condições financeiras globais mais apertadas e (3) à forte subida da inflação a nível global. O aumento dos preços dos alimentos e da energia afectam os mais vulneráveis da região, e a dívida pública e a inflação estão em níveis não vistos há décadas.

Neste contexto, e com opções limitadas, muitos países continuam a enfrentar uma situação bastante difícil. As perspectivas a curto prazo são muito incertas, uma vez que as perspectivas da região estão ligadas à evolução da economia mundial e com vários países a enfrentarem situações sociopolíticas e de segurança difíceis a nível interno.

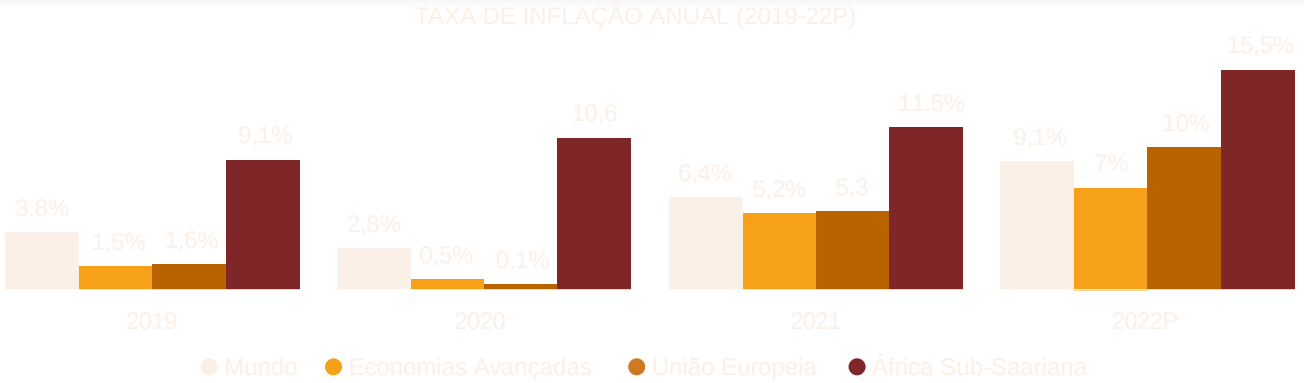
No geral, o FMI estima que a economia mundial tenha crescido 3,4% em 2022, uma desaceleração relativamente aos 6,2% registados no ano anterior. As economias avançadas terão crescido 2,7% no mesmo período enquanto as economias dos merca - dos emergentes e em desenvolvimento cresceram 3,9% e da África Subsariana cresceram 3,8%.

Para 2023, as perspectivas do FMI apontam para que a actividade económica continue a abrandar a nível global, em larga medida devido à forte desaceleração do crescimento das economias avançadas, já que as economias emergentes e em desenvolvimento deverão registar uma evolução do PIB real muito em linha com o verificado em 2022. O mesmo deverá acontecer na África Subsariana, onde o crescimento do PIB real deverá ficar inalterado nos 3,8%.

CRESCIMENTO DO PIB (%)	2020	2021	2022P	2023P
Economia Mundial	-3,0%	6,2%	3,4%	2,9%
Economias Avançadas	-4,4%	5,4%	2,7%	1,2%
Mercados Emergentes	-1,9%	6,7%	3,9%	4,0%
África Subsariana	-1,6%	4,7%	3,8%	3,8%

Fonte: FMI (World Economic Outlook).

Ao nível da inflação, na segunda metade do ano começaram a surgir alguns sinais de que a implementação de uma política monetária mais restritiva por parte dos principais bancos centrais estava a ter algum impacto na procura e no nível dos preços do consumidor. De facto, a inflação global parece ter atingido um pico no terceiro trimestre de 2022. Os preços das matérias-primas energéticas e não-energéticas diminuíram, baixando a inflação, nomeadamente nos EUA, na zona euro e na América Latina. No entanto, a inflação subjacente (que exclui os preços da energia e alimentação) ainda não atingiu o pico na maioria das economias e permanece muito acima dos níveis pré-pandemia.



Entretanto, o crescimento do comércio mundial desacelerou também no segundo semestre, em conjunto com a de terioração da actividade económica nos principais países. O enfraquecimento do comércio reflectiu a desaceleração da produção industrial a nível mundial, à medida que a procura dos consumidores mudou para uma composição que existia antes da pandemia em detrimento da procura de bens. Apesar desta desaceleração, o comércio de bens superou os níveis pré-pandemia no ano passado.

Por outro lado, o comércio de serviços continuou a recuperar, apoiado pela mudança gradual da procura para os serviços. Os fluxos turísticos recuperaram à medida que muitos países aliviaram as restrições que tinham imposto a viagens. Mesmo assim, estes fluxos permaneceram bastante abaixo dos níveis pré-pandemia e desiguais entre as várias regiões do globo.

Relativamente ao petróleo, o mercado mundial man - teve-se relativamente equilibrado (em termos da oferta e da procura de crude) em 2022. Segundo dados da OPEP, a procura de petróleo terá crescido 2,5 milhões de barris por dia (mb/d) (para os 99,6 mb/d) no período, o que compara com um cres - cimento da oferta de 4,5 mb/d (para 100 mb/d). Relembre-se que a procura de crude já tinha registado uma forte recuperação em 2021 após a queda acentuada em 2020 devido aos efeitos da pandemia da Covid-19. Importa assinalar também que a maior parte do crescimento da oferta mundial de petróleo em 2022 deveu-se à decisão da OPEP aumentar o seu nível de produção depois do cartel ter decido reduzir significativamente a sua oferta em 2020-21.

O ano de 2022 viu também uma forte subida do preço do Brent, que registou um valor médio em torno dos 100 USD durante o período. Este valor compara com uma média de 57,8 USD no ano anterior, ou seja, uma subida superior a 70% em termos homólogos.

					Variação		
PETRÓLIO — PROCURA	2019	2020	2021	2022	2020/19	2021/20	2022/21
OCDE	47,7	42,0	44,8	46,0	-11,8%	6,7%	2,6%
China	13,8	13,9	15,0	14,9	0,9%	7,6%	-1,0%
India	5,0	4,5	4,8	5,1	-9,6%	5,8%	7,8%
Outros	33,8	30,7	32,5	33,6	-9,2%	5,8%	3,4%
TOTAL	100,3	91,2	97,1	99,6	-9,1%	6,5%	2,6%

					Variação		
PETRÓLIO — PROCURA	2019	2020	2021	2022	2020/19	2021/20	2022/21
OCDE	30,2	29,3	29,8	30,9	-2,8%	1,5%	3,9%
OPEP	29,4	25,7	26,3	28,9	-12,4%	2,4%	9,5%
Outros	40,7	39,0	39,4	40,3	-4,2%	1,2%	2,1%
TOTAL	100,2	94,0	95,5	100,0	-6,2%	1,6%	4,7%

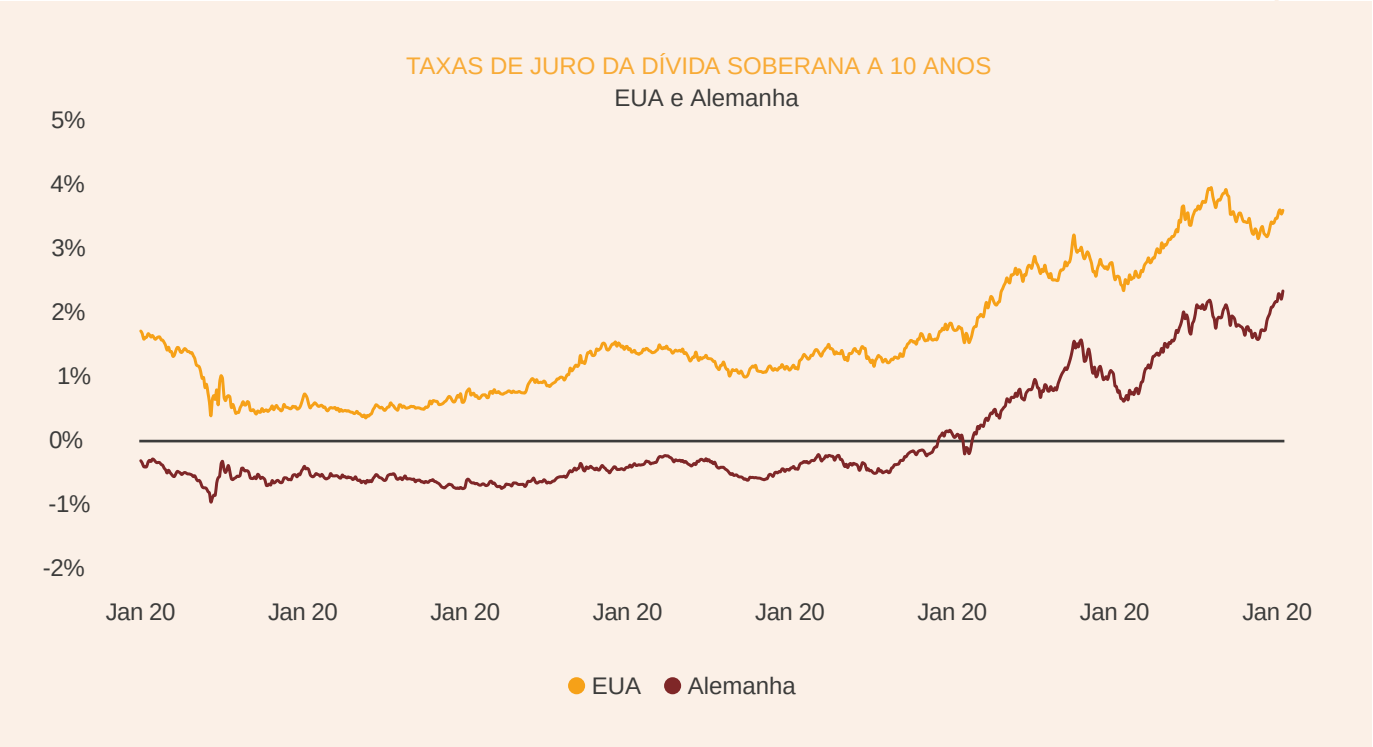
Fonte: OPEP

A evolução dos mercados financeiros internacionais foi influenciada pelas condições bastante mais restritivas em 2022. Com efeito, o apetite dos investidores pelo risco foi afectado pelo abrandamento do crescimento económico mundial, pela inflação persistentemente elevada e pela política monetária mais restritiva do que o esperado seguida pelos principais bancos centrais. As yields dos títulos da dívida pública de longo prazo nos EUA e na Alemanha aumentaram ao ritmo mais rápido em quase três décadas, atingindo os seus níveis mais altos desde 2007 e 2011, respectivamente, em Outubro.

Os mercados de acções em todo o mundo viram quedas substanciais. Em particular, o índice de acções MSCI World caiu quase 20% desde o início do ano, com os índices do mercado de acções (denominados em dólares) a cair mais de 15% em quase metade dos países do mundo.

Tal como no ano anterior, uma política monetária mais restritiva nas economias avançadas pesou sobre os fluxos de capital nos mercados emergentes e em desenvolvimento. A China registou saídas assinaláveis do mercado de dívida em 2022, enquanto outros mercados emergentes e em desenvolvimento mantiveram o período prolongado de fracos fluxos de dívida e capital que teve início em 2021.

O dólar também se apreciou acentuadamente em 2022, antes de moderar um pouco no final do ano. A maioria das moedas dos países emergentes e em desenvolvimento desvalorizou-se face ao dólar. Contudo, as moedas das economias com défices orçamentais superiores a 3% do PIB registaram, em média, uma depreciação oito vezes superior à das outras economias emergentes e em desenvolvimento.



3.2 ECONOMIA NACIONAL

A actividade económica em Angola continuou a melhorar em 2022, depois de já ter dado sinais de estabilização no ano anterior. Recorde-se que 2021 marcou o fim de uma prolongada recessão de cinco anos no país, com o PIB real a crescer 0,7% no período. Apesar do crescimento modesto, este ficou acima dos 0,2% inicialmente previstos pelo Governo.

A evolução mais favorável da economia nacional deveu-se a um contributo positivo dos sectores petrolífero e não-petrolífero e levou o Governo a rever em alta a sua previsão de crescimento económico para o total do ano para 2,7% face ao 2,4% previstos na proposta orçamental para 2022.

ACTIVIDADE ECONÓMICA	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (1)	2022P
CRESCIMENTO DO PIB REAL	-0,1%	-2,0%	-0,6%	-5,6%	0,7%	2,4%	2,7%
Petróleo e Gás	-5,3%	-9,4%	-6,5%	-8,3%	-11,0%	1,6%	2,1%
Não-petrolífero	1,2%	-0,1%	2,4%	-4,7%	6,4%	3,1%	3,2%
Agricultura	1,4%	-2,0%	0,8%	5,6%	5,1%	4,3%	4,9%
Pescas	-1,1%	-17,1%	-14,8%	-5,2%	46,4%	4,0%	10,0%
Indústria Extractiva	-0,8%	-6,3%	8,5%	-13,3%	10,4%	10,0%	10,0%
Indústria Transformadora	1,2%	4,8%	0,8%	-4,6%	0,6%	5,0%	5,0%
Construção	2,5%	0,4%	4,9%	-7,0%	-6,7%	2,4%	0,4%
Energia	-1,7%	22,3%	5,4%	5,2%	5,0%	4,0%	8,3%
Retalho	1,5%	-0,2%	1,3%	-3,7%	5,9%	2,3%	2,6%
Outros	0,3%	2,2%	2,3%	-3,2%	2,6%	1,5%	1,5%

(1) Orçamento Geral do Estado. Fontes: INE e Ministério das Finanças.

Esta melhoria é justificada pelo aumento da produção de petróleo prevista para o ano (2%) e o crescimento ligeiramente melhor do sector não-petrolífero (3,2% vs. 3,1% anteriormente previsto). Este último foi impulsionado principalmente por um crescimento mais rápido em secto - res como a pesca (10,0%), a indústria extractiva (10,0%), a energia (8,3%), os transportes e armazenamento (8,0%), a indústria transformadora (5,0%) e a agricultura (4,9%).

INDICADORES ECONÓMICOS	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (1)	2022P
Produção Anual de Petróleo e GNL	722,6	658,2	638,7	579,9	539,3	553,2	535,3
Produção de Petróleo (MBbl)	597,6	539,8	504,8	463,9	410,4	419,0	419,0
Produção GNL (MBOE)	125,0	118,4	133,9	116,0	128,9	134,2	116,3
Produção Diária de Petróleo (Milhões bpd)	1,637	1,479	1,383	1,271	1,124	1,148	1,148
Preço Médio do Petróleo (US$/Bbl)	53,9	70,6	65,2	41,3	71,2	59,0	100,0
Preço Médio do GNL (US$/BOE)	29,0	47,9	29,2	29,2	38,0	33,0	57,0
PIB Nominal (AKZ mil milhões)	20 262,3	25 627,7	30 625,0	34 158,3	47 045,0	54 578,2	55 759,1
Petrolífero	4 240,0	7 652,7	9 454,6	8 733,5	14 130,2	13 825,4	14 695,4
Não-petrolífero	16 022,3	17 975,0	21 170,4	25 424,8	32 914,8	40 752,8	41 063,7

(1) Orçamento Geral do Estado. Fontes: INE e Ministério das Finanças.

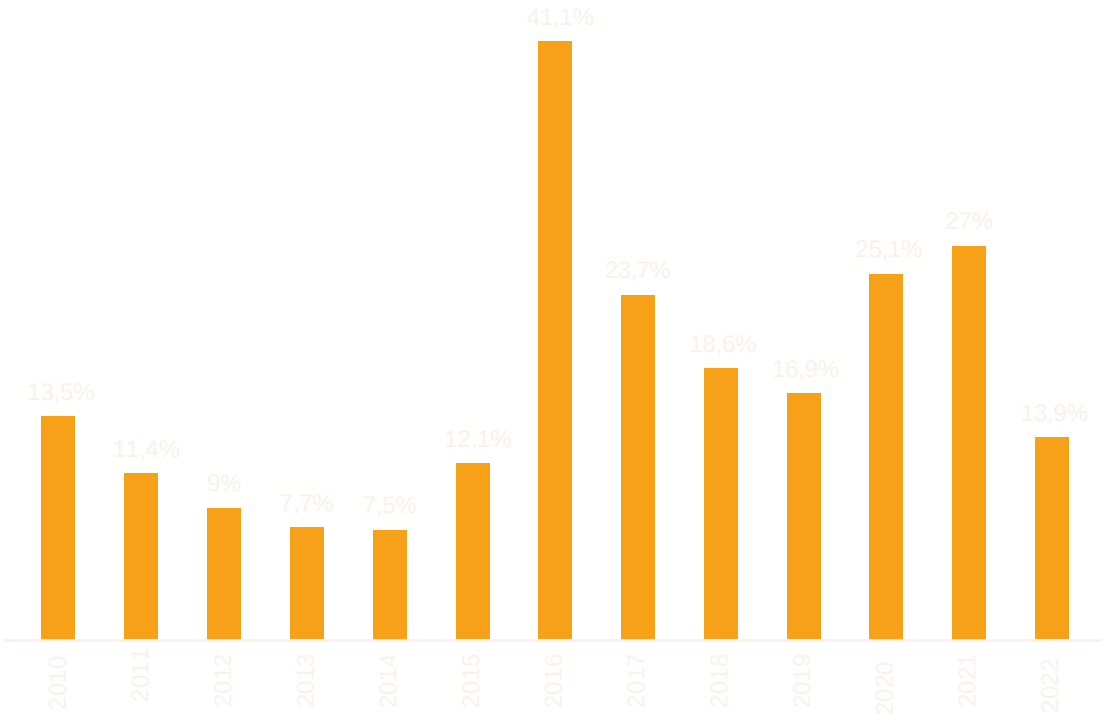
- Em termos de inflação, o nível de preços do consumidor foi principalmente afectado pelo custo mais elevado dos bens alimentares nos mercados internacionais. Recorde-se que as importações de bens alimentares ainda representam uma grande parte do fornecimento destes bens essenciais ao mercado interno.

- No entanto, ao contrário do que aconteceu na maioria dos outros países do resto do mundo, a inflação em Angola seguiu uma trajectória descendente ao longo do ano, depois de ter estado sob pressão nos dois anos anteriores. A taxa de inflação anual do país atingiu um nível abaixo da meta do Governo de 18,0% para 2022 em Outubro (16,7%) e terminou o ano nos 13,9%. Isto compara com uma taxa de inflação anual de 27,0% em 2021.

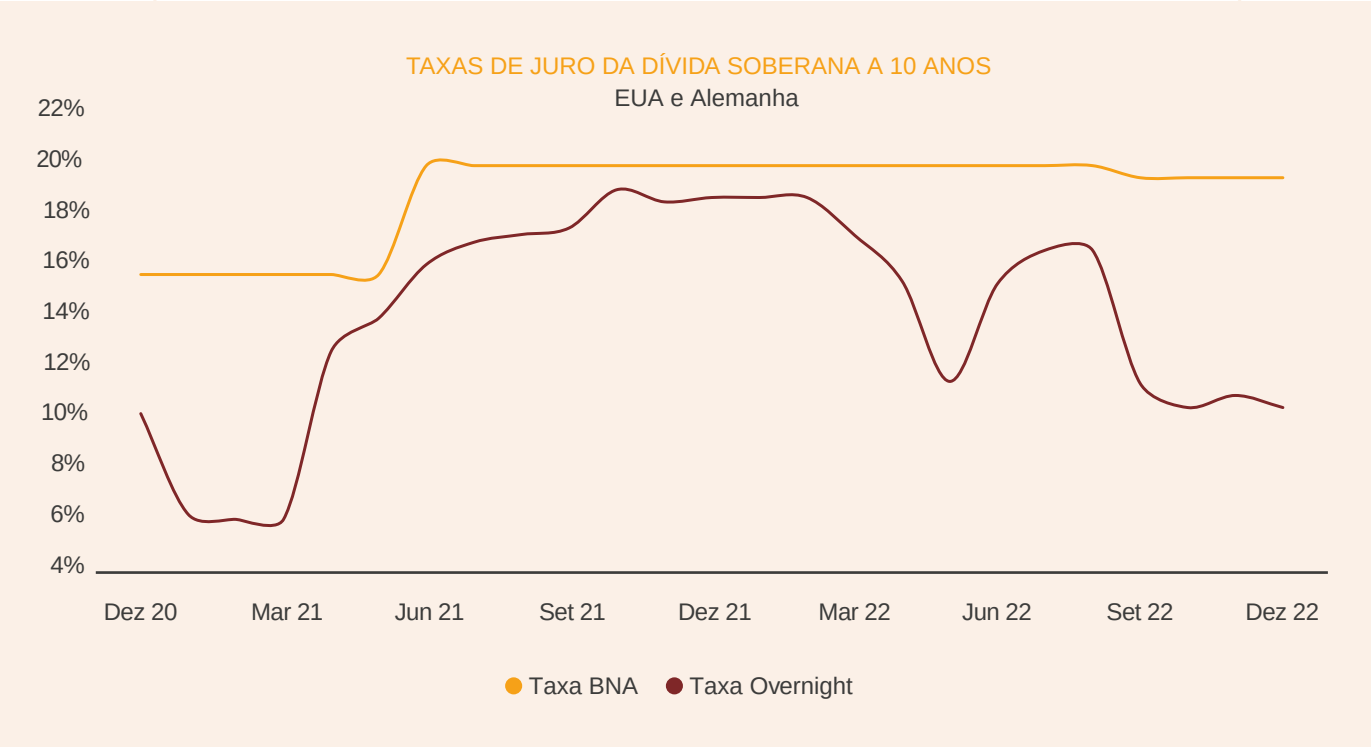
TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL

2010 — 2022

Fonte: INE



De realçar que o Comité de Política Monetária (CPM) do BNA reuniu-se em seis ocasiões ao longo de 2022 e que a evolução favorável da taxa de inflação ao longo do ano permitiu ao CPM cortar a sua taxa directora em 50bp (de 20,0% para 19,5%) na reunião de Setembro. Antes disso, o CPM já tinha decidido reduzir o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional que os bancos comerciais têm que colocar no BNA na reunião de Maio (de 22% para 19%) e na reunião de Julho (de 19% para 17%). O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira manteve-se inalterado nos 22%.



As contas públicas foram particularmente afectadas pela conjuntura internacional ao longo de 2022, nomeadamente um preço do petróleo significativamente mais elevado do que inicialmente previsto para o período. Com efeito, o Governo assumiu inicialmente na sua proposta orçamental para 2022 que o preço médio do crude atingisse os 59 USD por barril durante o ano. Acontece que esta média ficou em torno dos 100 USD, o que obviamente teve um impacto bastante favorável nas receitas petrolíferas. Contudo, isto significou também que o Governo teve de gastar um montante bastante mais alto do que o esperado em subsídios aos combustíveis para ajudar a compensar o impacto destes preços mais elevados do petróleo na população.

Os dados preliminares divulgados pelo Governo mostram que as receitas fiscais relacionadas com o sector petrolífero podem ter atingido os 7.973 mil milhões de AKZ em 2022 e situar-se 30,3% acima do valor orçamentado para o ano. Este valor representa um aumento de 20,5% relativamente a 2021. Por outro lado, as receitas fiscais não relacionadas com o petróleo poderão ficar 5% abaixo do valor orçamentado, depois de terem subido 18,2% para 4.382 mil milhões de AKZ. Com as receitas não-fiscais previstas ficarem 12% acima das expectativas, isto significa que as receitas totais do ano possam ter crescido 21,6% no período e atingido os 13.371 mil milhões de AKZ, superando o valor orçamentado em 14,9%.

Em termos de despesas, o Governo prevê que estas se tenham situado em 11.899 mil milhões de AKZ em 2022. Este valor é 2,3% superior à previsão inicial para o ano e 29,2% superior ao valor de 2021. Este ligeiro desvio deveu-se a uma aceleração da execução das despesas de capital (isto é, investimento público), o que significa que estas despesas poderão ter ficado 60,7% acima da sua projeção inicial e mais do que compensado as despesas correntes mais baixas (-9,7%).

Em geral, prevê-se que o Governo tenha atingido um superavit orçamental equivalente a 2,7% do PIB em 2022 e um superavit primário (excluindo juros da dívida) de 6,7% do PIB. Estes valores são superiores ao inicialmente estimados na proposta orçamental para o ano (0,0% e 5,7% do PIB, respectivamente).

CONTAS PÚBLICAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022P	2023 (1)
RECEITAS	3 543	5 860	6 547	7 054	10 995	13 371	13 462
% do PIB	17,5%	22,9%	21,4%	21,4%	23,3%	24,7%	22,1%
Impostos (sector petrolífero)	2 009	3 715	3 953	3 612	6 615	7 973	7 196
Impostos (sector não-petrolífero)	1 194	1 693	2 122	2 993	3 709	4 382	4 804
Outras receitas	340	452	473	449	671	1 016	1 463
DESPESAS	4 823	5 319	6 364	7 675	9 207	11 899	12 902
% do PIB	23,8%	20,8%	20,8%	23,2%	19,5%	21,9%	21,1%
Despesas Correntes	3 499	4 130	5 237	5 902	6 727	8 729	9 808
Despesas de Capital	1 323	1 189	1 127	1 772	2 480	3 171	3 094
SALDO ORÇAMENTAL	-1 280	541	183	-620	1 788	1 472	560
% do PIB	-6,3%	2,1%	0,6%	-1,9%	3,8%	2,7%	0,9%

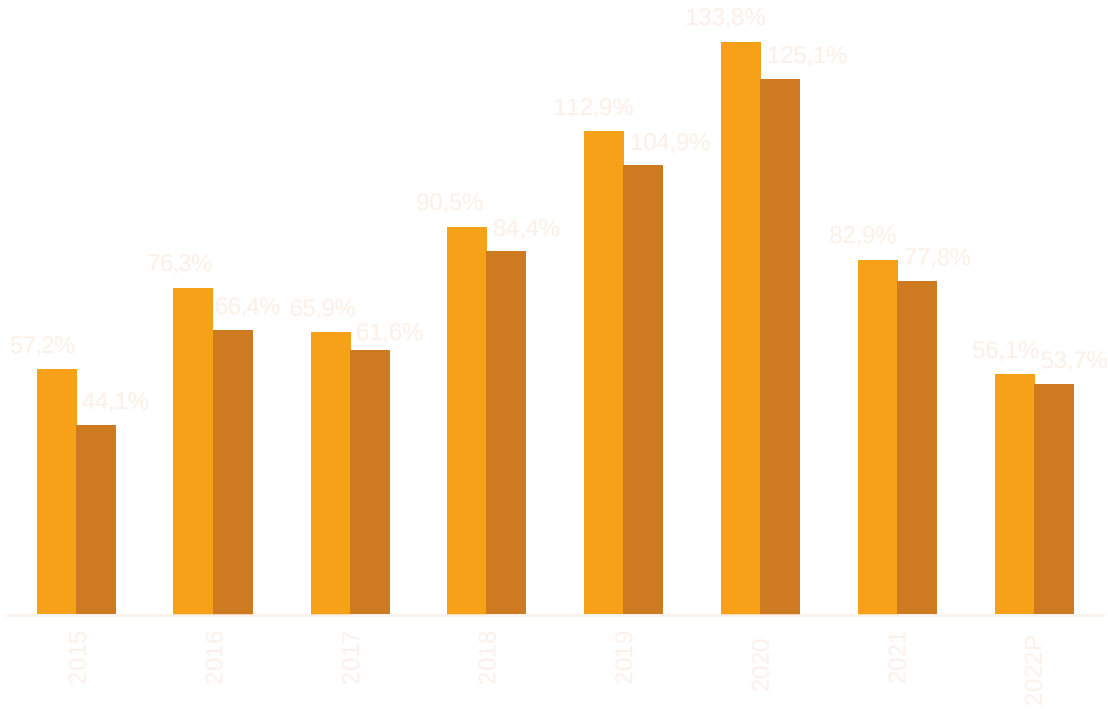
(1) Orçamento Geral do Estado. Fonte: Ministério das Finanças.

A dívida pública de Angola manteve uma trajectória descendente em 2022, depois de já ter registado uma queda acentuada no ano anterior. As estimativas do Governo indicavam que a dívida pública pudesse atingir os 56,1% do PIB até Dezembro de 2022, enquanto a dívida governamental poderia ficar nos 53,7% do PIB. Estes números comparam com níveis historicamente elevados de 133,8% e 125,1% do PIB, respectivamente, em 2020. Esta evolução mais favorável nos níveis da dívida pública deve-se ao impacto dos superavits primários registados nos últimos anos, bem como a uma taxa de câmbio do kwanza mais estável registada desde 2021. Recorde-se que cerca de dois terços da dívida pública do país é dívida externa e, consequentemente, está denominada em moeda estrangeira.

DÍVIDA PÚBLICA E DÍVIDA GOVERNAMENTAL

% do PIB

Fonte: Ministério das Finanças.



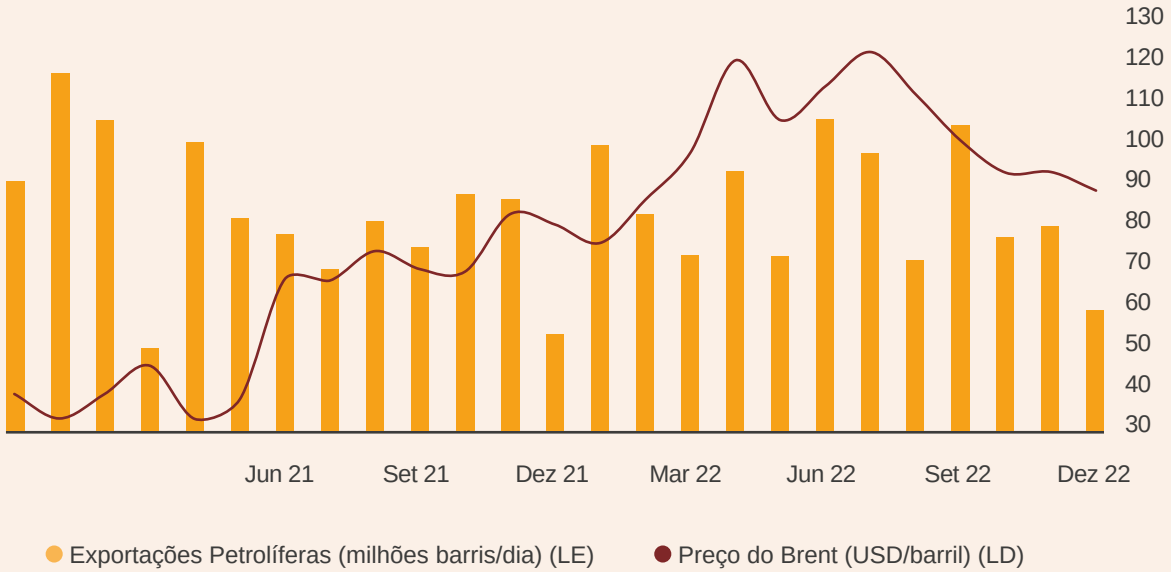
Entretanto, o Governo espera que o crescimento económico continue a acelerar em 2023, com a sua proposta para o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023 a assumir uma previsão de crescimento do PIB real de 3,3%. A proposta do OGE assume também um preço médio para o petróleo de 75 USD por barril durante o ano. Embora esta previsão seja muito inferior à média de 100 USD registada em 2022, esta situa-se acima dos 59 USD incluídos no orçamento do ano passado.

A proposta pressupõe que o Governo atinja um excedente orçamental de 560 mil milhões de AKZ (o equivalente a 0,9% do PIB), na sequência de um excedente de 2,7% do PIB esperado para 2022. O governo projeta ainda um superavit primário equivalente a 4,9% do PIB, abaixo do superavit de 6,7% esperado em 2022. Recorde-se que a proposta do OGE 2022 assumiu um saldo global equilibrado e um superavit primário equivalente a 5,5% do PIB.

De referir também que o desempenho do sector externo de Angola foi marcado pela recuperação do preço do barril de petróleo nos mercados internacionais durante o ano e por uma ligeira recuperação das exportações petrolíferas do país.

EXPORTAÇÕES PETROLÍFERAS E PREÇO DO BRENT

Fonte: Ministério das Finanças.



Por outro lado, o reforço da consolidação da reforma cambial iniciada em Janeiro 2018 tem permitido também manter a trajectória superavitária da conta corrente que se verifica desde 2018. Dados do BNA indicam que a conta corrente registou um superavit equivalente a 11,4% do PIB em 2022, ficando muito em linha com o nível alcançado no ano anterior. Esta evolução deveu-se à melhoria acentuada da balança comercial graças à forte subida das exportações, em particular as do sector petrolífero.

					Variação		
BALANÇA DE PAGAMENTOS	2019	2020	2021	2022	2020/19	2021/20	2022/21
Conta Corrente	5 137	872	8 399	11 763	-83,0%	863,3%	40,0%
Balança Comercial	20 599	11 394	21 787	32 771	-44,7%	91,2%	50,4%
Exportações	34 726	20 937	33 581	50 038	-39,7%	60,4%	49,0%
Sector Petrolífero	33 365	19 584	31 838	47 490	-41,3%	62,6%	49,2%
Outras	1 360	1 353	1 743	2 548	-0,5%	28,8%	46,2%
Importações	-14 127	-9 543	-11 795	-17 267	-32,4%	23,6%	46,4%
Balança de Serviços	-7 718	-5 536	-6 957	-11 214	-28,3%	25,7%	61,2%
Balança de Rendimentos	-7 743	-4 987	-6 430	-9 793	-35,6%	28,9%	52,3%
Balança de Capital	2	1	2	-2	-42,3%	66,1%	-
Balança Financeira	4 488	-52	5 459	8 836	-	-	61,9%
Invest. Directo Estrangeiro (Líquido)	1 749	1 957	3 298	6 183	11,9%	68,5%	87,5%
Erros e Omissões	-651	-926	-2 943	-2 925	42,1%	218,0%	-0,6%
Balança Global	8 976	-105	10 917	17 673	-	-	61,9%
Valores em % do PIB							
Conta Corrente	6,1%	1,6%	11,7%	11,4%			
Balança Comercial	24,5%	20,7%	30,4%	31,7%			
Exportações	41,4%	38,0%	46,8%	48,3%			
Importações	16,8%	17,3%	16,4%	16,7%			
Balança de Serviços	-9,2%	-10,1%	-9,7%	-10,8%			
Balança de Rendimentos	-9,2%	-9,1%	-9,0%	-9,5%			
Balança Financeira	5,3%	-0,1%	7,6%	8,5%			
Invest. Directo Estrangeiro (Líquido)	2,1%	3,6%	4,6%	6,0%			

Fonte: BNA.

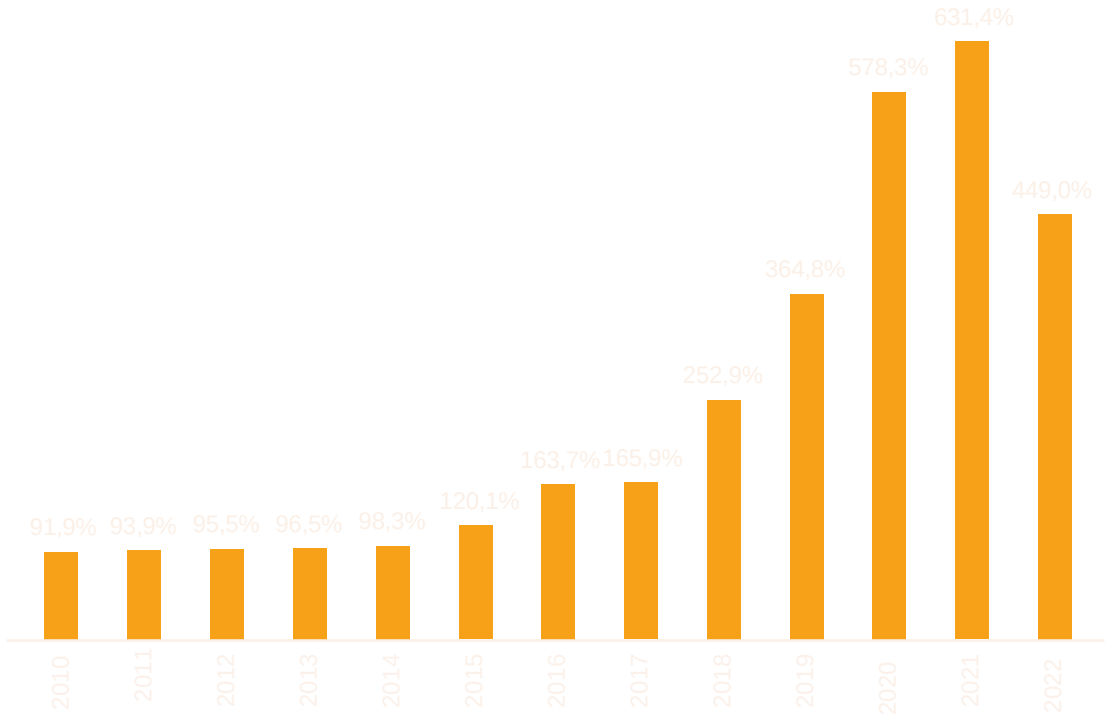
Com o aumento da oferta de moeda estrangeira devido à recuperação dos preços do crude, bem como a gestão mais eficiente de liquidez por parte do BNA, o kwanza tem-se mantido bastante estável em termos nominais desde o final de 2020. A evolução do kwanza beneficiou também da melhoria dos fundamentos económicos de Angola.

Dados do BNA mostram que a taxa de câmbio média do kwanza registou uma apreciação de 35,6% e de 52,0% face ao dólar norte-americano e face ao euro em 2022. Em termos de cotações do final do ano, o kwanza apreciou-se 10,2% face ao dólar norte-americano e 17,0% face ao euro

TAXA DE CÂMBIO MÉDIA

USD/AOA

Fonte: BNA.



Dados do BNA indicam que a emissão total de dívida pública titulada atingiu 2.000 mil milhões de kwanzas em 2022, registando um aumento de 2,7% face ao período homólogo, enquanto o total de amortizações foi de 2.331 mil milhões de kwanzas (-19,8% face a 2021). A emissão de Obrigações do Tesouro (OT) registou uma subida de 39,9% e a de Bilhetes do Tesouro (BT) uma descida de -43,6%.

					Variação		
EMISSÃO DE TÍTULOS	2019	2020	2021	2022	2020/19	2021/20	2022/21
Obrigações do Tesouro							
Emissão (a)	101	239	1 081	1 512	136,4%	352,0%	39,9%
Resgate (b)	59	92	1 556	1 854	56,1%	1599,8%	19,1%
Emissão Líquida (a - b)	42	148	-476	-342	247,1%	-	-28,0%
Bilhetes do Tesouro							
Emissão (a)	446	1 264	867	489	183,2%	-31,4%	-43,6%
Resgate (b)	802	492	1 351	477	-38,7%	174,6%	-64,7%
Emissão Líquida (a - b)	-356	772	-485	12	-	-	-
Total de Emissões	547	1 503	1 948	2 000	174,5%	29,6%	2,7%
Total de Resgates	861	584	2 908	2 331	-32,2%	398,2%	-19,8%

Fonte: BNA

As taxas de juro médias dos títulos da dívida pú - blica registaram uma descida significativa em 2022 quando comparadas com as taxas do ano anterior. As taxas médias dos BT a 182 dias e 364 dias caíram para 11,02% e 13,46%, respectivamente, enquanto as das OT em moeda nacional a 2 anos e 4 anos caíram para 15,92% e 17,61%, respectivamente.

TAXAS DE JURO MÉDIAS	2019	2020	2021	2022
Bilhetes do Tesouro - 182 dias	14,48%	17,54%	18,21%	11,02%
Bilhetes do Tesouro - 364 dias	15,97%	18,24%	18,15%	13,46%
Obrigações do Tesouro (MN) - 2 anos	21,73%	23,29%	24,39%	15,92%
Obrigações do Tesouro (MN) - 4 anos	22,33%	24,27%	24,75%	17,61%

Fonte: BNA.

Dados do BNA indicam que a emissão total de dívida pública titulada atingiu 2.000 mil milhões de kwanzas em 2022, registando um aumento de 2,7% face ao período homólogo, enquanto o total de amortizações foi de 2.331 mil milhões de kwanzas (-19,8% face a 2021). A emissão de Obrigações do Tesouro (OT) registou uma subida de 39,9% e a de Bilhetes do Tesouro (BT) uma descida de -43,6%.

				Variação	
SÍNTESE MONETÁRIA	Dez 20	Dez 21	Dez 22	'21 / '20	'22 / '21
Crédito Líquido da Administração Central	6 143	4 679	4 593	-23,8%	-1,8%
Crédito à Administração Central	8 615	7 466	7 090	-13,3%	-5,0%
Depósitos da Administração Central	2 472	2 787	2 496	12,8%	-10,4%
Sector Privado	4 106	4 373	4 246	6,5%	-2,9%
Empresas	3 310	3 533	3 329	6,7%	-5,8%
Empréstimos em Moeda Nacional	2 486	2 843	2 758	14,4%	-3,0%
Empréstimos em Moeda Estrangeira	825	691	571	-16,2%	-17,3%
Particulares	796	839	917	5,4%	9,2%
Empréstimos em Moeda Nacional	562	622	724	10,6%	16,3%
Empréstimos em Moeda Estrangeira	234	217	193	-7,1%	-11,0%
M2 = (M1 + Quase- Moeda)	12 698	11 513	11 355	-9,3%	-1,4%
M2 (Moeda Nacional)	5 841	5 901	7 000	1,0%	18,6%
M1	6 344	5 720	5 776	-9,8%	1,0%
Notas e moedas em poder do público	405	402	495	-0,7%	23,1%
Depósitos à Ordem	5 939	5 319	5 282	-10,4%	-0,7%
Em Moeda Nacional	3 270	3 230	3 514	-1,2%	8,8%
Em Moeda Estrangeira	2 669	2 089	1 767	-21,8%	-15,4%
Depósitos a Prazo	6 354	5 793	5 579	-8,8%	-3,7%
Em Moeda Nacional	2 166	2 270	2 991	4,8%	31,8%
Em Moeda Estrangeira	4 188	3 523	2 588	-15,9%	-26,5%
Outros Instrumentos Equiparáveis a Depósitos	5	5	-	6,7%	-

Em 2022, registou-se uma melhoria assinalável do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) do sistema bancário nacional de 23,79% no ano anterior para 28,41%, muito acima do mínimo regulamentar de 10% exigido pelo BNA. De igual modo, o rácio que considera apenas os fundos próprios de base (melhor qualidade) subiu para 21,33% (foi de 20,63% em 2021).

Quanto à qualidade do activo, o rácio de crédito em incumprimento registou também uma melhoria acentuada para 14,40%. Já em relação ao rácio do crédito vencido deduzido das provisões e imparidades, continuou a observar-se uma melhoria expressiva para 14.13%, podendo estar novamente associada a reversões de imparidades no sistema.

Em termos de rentabilidade do sistema, esta registou uma ligeira melhoria em termos do activo (ROA), mas não quando medidos em relação aos capitais próprios (ROE). O ROA subiu para 2,73% enquanto o ROE caiu para 22,14%. Estes valores comparam com 2,21% e 26,73%, respectivamente, em 2021. De salientar que o nível de eficiência do sistema, medido pelo peso dos custos administrativos nas receitas (cost-to-income), voltou a melhorar (de 74,26% para 57,74% em 2022). Por outro lado, o peso da margem financeira na margem bruta de intermediação caiu de 91,0% para 73,21%.

Quanto à liquidez do sistema, observou-se uma descida do peso do activo líquido quer sobre o activo total quer sobre o passivo de curto prazo. Por fim, o rácio de transformação do sistema registou uma ligeira descida de 35,87% para 34,42%.

				Variação	
INDICADORES DE SOLIDEZ FINANCEIRA DO SISTEMA BANCÁRIO	Dez 20	Dez 21	Dez 22	'21 / '20	'22 / '21
Solvabilidade = FPR/ (APR+ECRC/0,10)	22,70%	23,79%	28,41%	1,1%	4,6%
Fundos Próprios de Base (Nível 1) / APR	17,13%	20,63%	21,33%	3,5%	0,7%
Crédito ME/Crédito Total	30,34%	21,74%	20,01%	-8,6%	-1,7%
Crédito Vencido/Crédito Total	18,41%	20,26%	14,40%	1,9%	-5,9%
(Crédito Vencido - Provisões p/Crédito Vencido) / FPR	-38,25%	-32,92%	-14,13%	5,3%	18,8%
ROA	-2,91%	2,21%	2,73%	5,1%	0,5%
ROE	-29,79%	26,73%	22,14%	56,5%	-4,6%
Custos Totais/Proveitos Totais	121,51%	81,29%	76,31%	-40,2%	-5,0%
Cost-to-Income	132,27%	74,26%	57,74%	-58,0%	-16,5%
Margem Financeira Margem Bruta de Intermediação	168,28%	91,00%	73,21%	-77,3%	-17,8%
Activos líquidos / Activos Totais	30,07%	35,76%	30,88%	5,7%	-4,9%
Activos Líquidos / Passivos de Curto Prazo	35,79%	43,61%	38,87%	7,8%	-4,7%
Crédito Total/Depósitos Totais	32,72%	35,87%	34,42%	3,2%	-1,5%
Passivo ME/Passivo Total	54,16%	45,54%	36,26%	-8,6%	-9,3%
Exposição Cambial Aberta Líquida Fundos Próprios	32,58%	39,56%	17,17%	7,0%	-22,4%

4

GOVERNO CORPORATIVO

4.1 GOVERNO SOCIETÁRIO

A governação corporativa é o pilar central das instituições financeiras, dada a responsabilidade que detém na execução do enquadramento regulamentar.

Com o objectivo de responder aos desafios actuais em matéria de estabilidade e solidez, reforçar o enquadramento legal da regulamentação e supervisão das instituições intervenientes no sistema financeiro angolano, o BNA, observando as boas práticas internacionalmente aceites e à luz da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras, n. 14/21, de 19 de Maio, publicou, no mês de Janeiro, o Aviso n 01/2022, introduzindo alterações ao regime jurídico das Instituições Financeiras, a nível do governo societário, sistemas de controlo interno e auditoria interna.

Na sequência desta alteração regulamentar, o BIR procedeu à revisão e adequação das suas políticas e regulamentos internos, processo que foi concluído no 4 Trimestre de 2022.

Dando cumprimento aos requisitos de prestação de informação estabelecidos no Aviso n 01/22, de 28 de Janeiro, o Conselho de Administração do Banco BIR, submeteu ao regulador, a 30 de Janeiro de 2023, o Relatório anual sobre Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno, que inclui o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo.

Os princípios orientadores da política de Governação Corporativa, estão em linha com as melhores práticas e respeitam o modelo e requisitos definidos pelo BNA. Entre os quais, destacamos:

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Interna – Informação completa e atempada, o que permite aos membros não executivos do Conselho de Administração e aos membros do Conselho Fiscal, cumprir com eficácia as suas funções de supervisão e fiscalização.

Externa – Informação abrangente e precisa, o que permite aos stakeholders, avaliar a qualidade e conformidade da informação prestada e dos resultados alcançados.

INDEPENDÊNCIA

Independência da gestão executiva, relativamente aos Accionistas e ou a interesses específicos.

EQUIDADE

Equidade no relacionamento com Accionistas, Clientes e Colaboradores.

LEALDADE

Lealdade materializada através da implementação de mecanismos que previnam a ocorrência de situações de conflito de interesses.

EFICIÊNCIA

Eficiência no funcionamento e interação de todos os Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade.

RIGOR

Rigor na administração dos diversos riscos subjacentes à actividade do Banco.

PARTICIPAÇÃO NA DECISÃO

Participação na decisão através da adopção de modelos colegiais nos processos de tomada de decisão e no fomento do trabalho de equipe.

CRIAÇÃO DE VALOR

Primeiro objectivo da Administração e dos Colaboradores do Banco BIR.

4.2 MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo interno engloba a estrutura organizacional, as linhas de reporte e níveis de autoridade, o conjunto de linhas de responsabilidades e processos que decorrem das leis e regulamentos aplicáveis ou dos estatutos e regulamentos internos, visando assegurar uma gestão prudente e eficaz do Banco e um controlo adequado das actividades.

O Conselho de Administração promove uma cultura de governo e controlo interno, presente em todos os níveis da organização e baseada em elevados padrões de comportamento ético, de acordo com as regras estabelecidas no Código de Conduta disponível no site do Banco.

O Banco adoptou um modelo de governo alinhado com a legislação e regulação aplicável, tendo em conta a sua natureza, dimensão, complexidade da actividade e aos diversos riscos a que se encontra exposto, visando promover uma gestão sã e prudente, num quadro de contínua prossecução dos fins sociais.

São Órgãos Sociais do Banco BIR, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

São Órgãos consultivos e de apoio à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração:

- Comissão de Remunerações;
- Comissão de Gestão de Risco;
- Comissão de Auditoria e Controlo Interno.

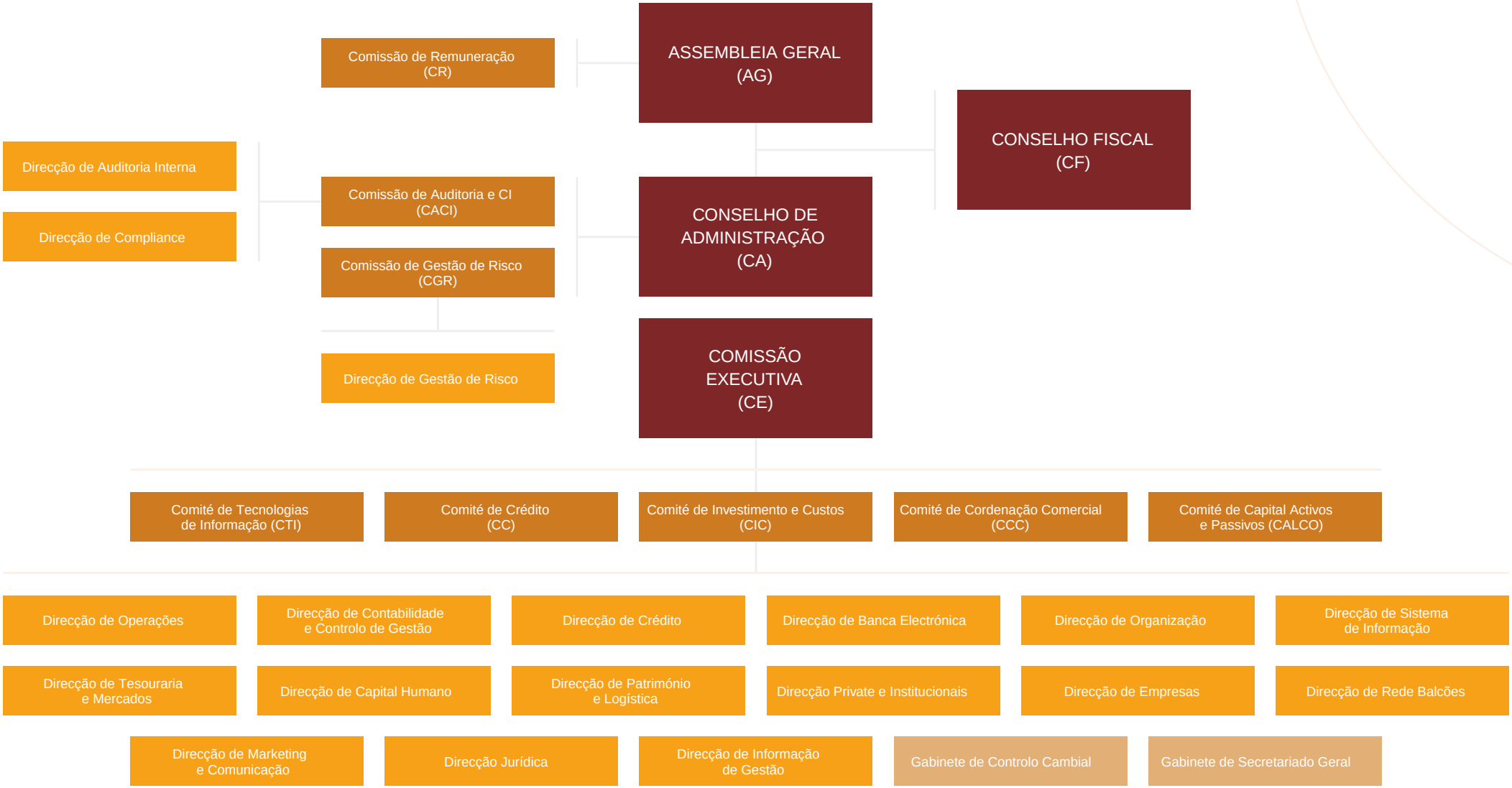
Como órgãos de apoio à Comissão executiva, foram constituídos:

- Comité de Capital, Activos e Passivos;
- Comité de Crédito;
- Comité de Coordenação Comercial;
- Comité de Tecnologias de Informação; e,
- Comité de Investimentos e Custos.

Todos os membros dos Órgãos de Governação do Banco BIR, estão vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras tendentes a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, respeitando as melhores práticas e os melhores princípios da boa e prudente gestão.

Adicionalmente, todos os membros dos Órgãos de Administração têm competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral para o exercício da respectiva função.

ORGANOGRAMA



Os membros dos Órgãos Sociais são designados para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, tantas vezes quantas a Assembleia Geral aprovar, com excepção do Administrador Não Executivo e Independente, que tem um mandato único, não renovável.

ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão social constituído por todos os accionistas com direito a voto, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles, quando tomadas nos termos da Lei e dos estatutos. O presidente da Assembleia Geral pode não ser accionista.

As principais competências deste órgão são as seguintes:

- Eleger os membros da mesa da Assembleia Geral;
- Eleger os membros do Conselho de Administração, respectivo Presidente e Vice-Presidente, se houver;
- Eleger os membros do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a proposta de aplicação dos resultados.

A 31 de Dezembro de 2022, o Presidente da mesa da Assembleia Geral era o Senhor Paulo Antunes, o Vice-Presidente o Senhor Adriano Leal e a Secretária a Senhora Isaura Fernandes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A composição e modo de funcionamento do Órgão de Administração do BIR encontra-se estabelecido no documento "Regulamento do Conselho de Administração".

Com o fim do quadriénio 2018 – 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, realizada a 18-03-2022, a nomeação dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2022-2025, tendo sido reconduzidos três (3) dos cinco (5) e admitidos dois (2) novos administradores executivos.

Na data de 10-06-2022 foi admitido um administrador não executivo e independente em substituição do administrador que detinha a mesma função, e que apresentou a sua renúncia ao cargo.

A 31 de Dezembro de 2022, integravam este órgão os seguintes membros:

Presidente do Conselho de Administração
Generoso Hermenegildo Gaspar de Almeida

Presidente da Comissão Executiva
Lígia Maria Pires Gomes Pinto Madaleno

Administrador Executivo
Carlos Manuel Martins Francisco Ribeiro

Administrador Executivo
João Carlos Branco dos Santos Moita

Administrador Não Executivo e Independente
Júlio Ângelo Cruz Correia

De referir que o administrador não executivo e independente do órgão de administração, efectua o controlo e avaliação do desempenho da Comissão Executiva, relativamente a matérias sobre a estratégia de negócio, estrutura orgânica e funcional, divulgação da informação legal ou estatutária e operações relevantes em função do seu montante, risco associado ou características especiais, focando-se, em:

- Garantir que os membros executivos realizem a gestão corrente de forma sã, prudente e efectiva;
- Fornecer uma opinião independente no processo de tomada de decisão;
- Participar na definição e monitorização da estratégia de negócio;
- Analisar e debater os relatórios produzidos pelas funções chave do sistema de controlo interno, nomeadamente auditoria interna, Compliance e gestão do risco;
- Supervisionar o processo de divulgação da informação contabilística e de gestão.

COMISSÃO EXECUTIVA

Por deliberação do Conselho de Administração, a gestão corrente do Banco foi delegada numa Comissão Executiva, constituída por três administradores, designados pelo Conselho de Administração.

As principais funções desta Comissão são as abaixo elencadas:

- Decidir, numa base diária e de forma corrente, sobre matérias respeitantes à gestão do Banco, com exclusão das relativas à definição da estratégia de negócio, estrutura orgânica, divulgação de informação estatutariamente prevista e operações relevantes em função do seu montante, risco ou características especiais;
- Elaborar um plano de negócios anual e acompanhar a actividade anual do Banco, considerando o enquadramento da estratégia de negócio definido pelo Conselho de Administração;
- Distribuir pelouros pelos seus membros, respeitando as regras de segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo.

A 31 de Dezembro de 2022, os pelouros encontravam-se distribuídos pelos Administradores executivos, conforme referido:

COMISSÃO EXECUTIVA

* DCOMP e DAI reportam directamente à CACI; DGR reporta directamente à CGR.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos. Cabe a este órgão a fiscalização dos negócios sociais e a emissão de parecer sobre a fiabilidade e correcção das demonstrações financeiras. Este órgão reúne, pelo menos, uma vez por mês.

A 31 de Dezembro de 2022 a sua composição era a seguinte:

Presidente
Faustino Madia

Vogal
Carlos Ferraz

Vogal
Nuno Barros

4.3
SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Consiste na organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela Administração, para atingir o objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto é possível, a metódica e eficiente conduta das suas actividades, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a fiabilidade e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

De acordo com o Aviso n. 01/22, de 28 de Janeiro, um sistema de controlo interno adequado e eficaz é aquele em que o Conselho de Administração e a sua gestão detêm uma razoável segurança em como os objectivos estratégicos e operacionais do Banco estão a ser atingidos, o sistema de reporting é fidedigno e as normas e regulamentos são cumpridos.

O sistema de controlo interno do Banco BIR assenta em 4 pilares:

- Ambiente de Controlo – diz respeito às atitudes e aos actos dos órgãos de administração e colaboradores do Banco, considerando os níveis de conhecimento e experiência adequados às suas funções, bem como os elevados princípios éticos e de integridade com que actuam.

- Sistema de Gestão do Risco – visa estabelecer um conjunto de políticas e processos, que assegurem a correcta identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos riscos. Considera todos os riscos relevantes e garante uma gestão eficaz, consistente e tempestiva.

- Informação e Comunicação – visa assegurar informação completa, fiável, consistente, compreensível e alinhada aos objectivos e medidas definidos, bem como procedimentos de recolha, tratamento e divulgação da mesma, em conformidade com as melhores práticas.

- Monitorização – diz respeito à contínua, eficaz e atempada detecção de deficiências ao nível da estratégia, políticas, categorias de risco, bem como princípios éticos e profissionais.

4.4
PRINCÍPIOS ÉTICOS E CONFLITOS DE INTERESSE

O código de conduta, o regulamento do Conselho de Administração e o regulamento da Comissão Executiva, contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, definindo regras, princípios e procedimentos no sentido de identificar, monitorizar e mitigar possíveis conflitos de interesse.

O Banco BIR promove a transparência nas relações envolvendo Órgãos Sociais e Colaboradores, inibindo a participação em actividades ilegais, bem como a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes, estipulando que, quer os membros dos Órgãos Sociais quer os Colaboradores, não possam receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício das suas funções com total independência.

A actividade profissional dos membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores, rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta, disponibilizado na intranet e site institucional, cujas linhas principais podem ser assim resumidas:

- Cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares, bem como prosseguir a actividade do Banco com rigoroso cumprimento de princípios éticos e deontológicos e exemplar comportamento cívico.
- Garantir diligência e competência profissional, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa-fé e actuar com elevada diligência, lealdade e transparência, garantindo aos Clientes e autoridades competentes, ressalvado o dever de segredo profissional, uma resposta rigorosa, oportuna e completa.
- Garantir a guarda e manutenção rigorosa do segredo profissional.
- Estabelecer a igualdade de tratamento aos Clientes do Banco em todas as situações em que não exista motivo de ordem legal e/ou contratual e/ou de risco para proceder de forma distinta.
- Gerir conflito de interesses: i) nas situações em haja conflito entre os interesses de dois ou mais Clientes; ii) nas situações em que haja conflito de interesses de Clientes, por um lado e os do Banco ou dos seus Colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, por outro;
- Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição;
- Obrigação dos créditos concedidos a partes relacionadas serem realizados em condições de mercado e devidamente suportados por parecer independente.

VISÃO

O Banco BIR tem a ambição de ser um Banco de serviços universais, com enfoque na:

- Inovação – Nos produtos, nos canais para Clientes e no serviço;
- Transparência – No relacionamento com Clientes e Colaboradores, e com restantes stakeholders;
- Proximidade – Através de total disponibilidade de toda a estrutura do Banco e estabelecimento de parcerias.

COMPROMISSOS

- Clientes – Garantir satisfação e qualidade de serviço;
- Colaboradores – Aposta no crescimento profissional e pessoal;
- Accionistas – Criação de valor;
- Nosso País - Angola – Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Economia Nacional.

MISSÃO

O Banco tem como missão principal desenvolver soluções, produtos e serviços que promovam parcerias duradouras com os seus Clientes e criar valor para os accionistas.

ESTRATÉGIA

Os desafios e prioridades do Banco têm como foco o Cliente e visam criar um maior envolvimento, num contexto de rápidas e constantes mudanças do mercado.

A estratégia do Banco consiste em criar diferenciação através de um relacionamento próximo com os Clientes:

Compromisso com o Cliente

- Total disponibilidade de toda estrutura do Banco;
- Inovação – digital, serviços e produtos;
- Simplificação de Processos – Aumentar a eficiência e reduzir risco operacional;
- Diversificação de Produtos – Aumentar a oferta de produtos a disponibilizar aos Clientes;

Prioridades

- Apostar no estabelecimento de parcerias com os Clientes;
- Desenvolver competências técnicas e analíticas para melhor entender os Clientes e as suas necessidades;
- Apostar na inovação para acompanhar as necessidades dos Clientes;
- Apostar na Banca Digital;
- Manter a qualidade dos activos do Banco.

Factores Críticos de sucesso

- Rapidez nos processos – agilidade nos processos e tomada de decisões céleres, para melhor servir os Clientes;
- Excelência Operacional – conduz a rapidez de processos e mitigação de risco.
- Cultura BIR – terceiro pilar crítico de sucesso, atrair e reter talentos e desenvolver uma cultura de foco constante no Cliente.

5

A FUNÇÃO COMPLIANCE

5.1 RESUMO ANO 2022

O Conselho de Administração do BIR é globalmente responsável por assegurar a existência da Função de Compliance com carácter efectivo, permanente e independente das funções operacionais, dotando-a dos recursos materiais, humanos e financeiros adequados à plena persecução da missão que lhe está confiada no âmbito do Sistema de Controlo Interno e com o sentido de garantir que este seja adequado à natureza, dimensão e complexidade da actividade do Banco estando devidamente alinhada com o perfil de risco do Banco, relativamente ao cumprimento da regulamentação, a continuidade do negócio e a gestão dos riscos financeiros e não financeiros.

5.2 ESTRUTURA

A Função de Compliance é composta por 2 (dois) Departamentos que têm por missão trabalhar por forma a evitar o risco de o Banco incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrente do incumprimento das leis, códigos de ética e conduta a que o Banco se encontra sujeito.

O Departamento de AML, que visa garantir o acompanhamento e avaliação dos procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, bem como, centralizar a informação que garante a análise e comunicação às autoridades competentes dos elementos de suspeição identificados e assegurar o cumprimento das boas práticas internacionais em matéria de "Know Your Customer" e "Due Diligence", com ferramentas informáticas adequadas e robustas.

E o Departamento Regulatório e Corporativo que garante o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos aplicáveis, tendo uma vasta gama de funções dentro da Instituição (monitoramento de actividades, prevenção de conflitos de interesses, cuja actuação está desenhada de acordo com as políticas internas do Banco e em conformidade com o "Manual de Estrutura e Estatutos Orgânicos do BIR".

Para além da Função de Compliance, o Banco tem definidas a Função de Gestão de Risco e a Função de Auditoria cujos pilares assentam nos mesmos valores isto é, na identificação, avaliação e acompanhamento dos procedimentos de controlo interno no âmbito da disseminação da cultura de compliance e prevenção da fraude.

Organograma da Direcção de Compliance

5.3 RISCOS DE COMPLIANCE

A Função de Compliance assegura a coordenação da gestão dos riscos de compliance no Banco e elabora periodicamente relatórios de controlo interno sobre a matéria, propondo, quando aplicável, as respectivas medidas de correcção.

O processo de gestão dos riscos de compliance, resulta da necessidade de o Banco actuar de acordo com o estipulado no Aviso n. 01/2022, de 28 de Janeiro e não incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e até financeiros ou de ordem reputacional. O BIR durante o exercício, fez a gestão dos seguintes riscos de compliance e de reputação:

RISCOS DE COMPLIANCE AO ABRIGO DO AVISO N. 01/2022, DE 28 DE JANEIRO.

Risco de Compliance

- Incumprimento de Leis
- Incumprimento de Regras
- Incumprimento de práticas Prescritas ou Standards
- Incumprimento de Padrões Éticos

Risco de Reputação

- Financiamento Controverso
- Danos ao Meio-Ambiente
- Conduta Empresarial Indevida
- Relacionamento Conflituoso
- Desempenho Económico-Financeiro
- abaixo das expectativas

5.4 POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

O BIR assegura que as suas políticas internas cumpram com os requisitos e exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola e garante que nelas estejam reflectidas as principais recomendações e orientações internacionalmente reconhecidas, emitidas por Organismos Internacionais, nomeadamente pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (FATF -Financial Action Task Force) e Grupos Regionais (FSRBs – FATF Style Regional Bodies), pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Comité de Basileia, Wolfsberg Group, entre outros.

Com a publicação e adequação do Aviso n. 01/2022, de 28 de Janeiro, o BIR assegurou a implementação das principais políticas, subjacentes aos princípios basilares de governação corporativa, com realce para as seguintes:

i. Política de controlo interno;

ii. Código de ética e conduta;

iii. Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração;

iv. Política de remuneração dos colaboradores;

v. Política de transacções com partes relacionadas;

vi. Política de prevenção de conflitos de interesses; Regulamento de Compliance;

vii. Política de transparência e divulgação de informação;

viii. Política de participação de irregularidades/canal de denúncias;

ix. Plano de continuidade de negócio;

x. Regulamento do plano de continuidade operacional;

xi. Manual de segurança de informação;

xii. Manual de sistemas de informação;

xiii. Política global de gestão do risco.

Estas e todas as outras políticas de que o Banco dispõe, são revistas e actualizadas, no mínimo, anualmente, reflectindo os efeitos da legislação em vigor e/ou novas recomendações emitidas por entidades externas devidamente reconhecidas.

Neste pressuposto, destacamos a Política de Controlo Interno por reflectir um conjunto integrado de políticas e processos, com carácter permanente e transversal a toda a instituição, realizados pelo órgão de administração e demais colaboradores, no sentido de se alcançarem os objectivos de eficiência na execução das operações, controlos dos riscos, fiabilidade da informação contabilística e de suporte à gestão, e cumprimento dos normativos legais e das directrizes internas.

5.4 LEGISLAÇÃO DO MERCADO PUBLICADA E IMPLEMENTADA

Um adequado ambiente de controlo, que reflic - ta um sólido sistema de gestão de riscos, com - preende sempre o tratamento e implementação da regulamentação publicada tida por relevante. Em 2022, o BIR assegurou a divulgação do total de normativos emitidos pelo Banco Nacional de Angola e pela Comissão do Mercado de Capitais.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

53

Avisos, Instrutivos, Directivas e Cartas Circulares

COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

53

Decreto Presidencial, Lei, Regulamentos e Instruções

No âmbito das políticas de prevenção que inibem a ocor - rência de crimes associados ao branqueamento de capi - tais, o Banco Nacional de Angola deu conhecimento ao mercado de 3 (três) Cartas-Circulares nas quais divulgava algumas medidas do Grupo de Acção Financeira, relacio - nadas a Jurisdições de Alto Risco Sujeitas a Aplicação de Contramedidas, a Jurisdições sob Monitorização Contínua, Jurisdições Não Sujeitas a Monitorização Contínua pelo GAFI – Grupo de Acção Financeira e os Procedimentos e Medidas a Adoptar pelos Bancos. Devido à divulgação feita pelo BNA sobre as medidas a adoptar por parte das Instituições Financeiras Bancárias, o BIR assumiu a posição de mitigador de risco garantindo a realização de diligências reforçadas em quaisquer relações de negócio, transacções ocasionais e operações efectuadas conside - radas de risco alto isto é, relacionados com países con- siderados de alto risco, garantiu de igual modo a prévia submissão de tais operações à autorização do órgão de Administração e a disseminação de toda a informação, junto das estruturas de negócio, relacionadas a:

- jurisdições sujeitas a contramedidas e as jurisdi - ções com deficiências estratégicas em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo que ainda não tenham efectuado progressos suficientes para suprir as deficiências identificadas ou não acordaram com o GAFI um plano de acção com o registo das medidas de correcção;
- jurisdições com deficiências estratégicas em matéria de PBC/FT e que desenvolveram um plano de acção para suprir as mesmas, estando sujeitas a um pro - cesso de monitorização pelo GAFI;
- aos países inseridos na lista cinzenta;
- jurisdições que tendo cumprido com o seu plano de acção, foram retirados da lista cinzenta, deixando de estar sob o processo de monitorização trimestral junto do GAFI.

5.5 LEGISLAÇÃO DO MERCADO PUBLICADA E IMPLEMENTADA

O Banco BIR possui uma estrutura organizacional robusta e capaz de assegurar a implementação de controlos dos elementos de identificação, no início, durante e após o estabelecimento de relações de negócio, tanto de novas como as já existentes, quer com pessoas singulares como colectivas. Durante o exercício objecto da nossa abordagem, o Banco estabeleceu e manteve as seguintes relações de negócio:

TIPO	Relações de Negócio em 2021	Relações de Negócio em 2022	Novas Relações de Negócio - 2022	% Total da Relações de Negócio	Novas Relações de Negócio - 2022
Pessoas Singulares	7.907	10.430	2.523	81%	32%
Pessoas Colectivas	1.849	2.484	635	19%	34%
Total	9.756	12.914	3.158	100%	32%

A função de Compliance, no âmbito do dever de diligência, garante a conformidade de uma carteira de 12 914 (Doze mil, novecentos e catorze) clientes, à data de 31 de Dezembro de 2022, segmentada entre Rede de Balcões, Centros de Empresas e Private e Institucionais.

PERFIL DE RISCO DE CLIENTES

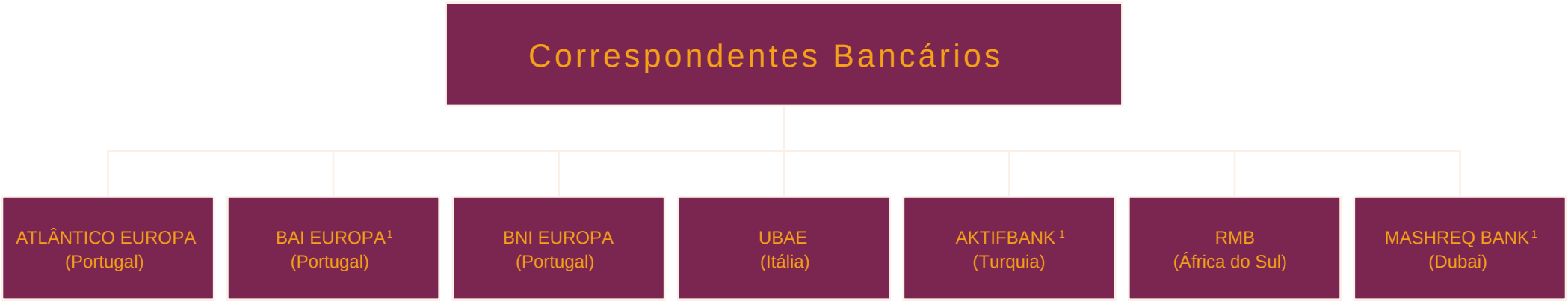
As vulnerabilidades e ameaças inerentes à actividade bancária motivam o Banco a ter sempre actualizados os mecanismos e formas de mitigação dos riscos financeiros e não financeiros. De forma regular os nossos clientes são submetidos à análise e classificação do perfil de risco, tendo por base as recomendações emanadas pelo Financial Action Task Force na adopção das melhores práticas de prevenção dos crimes financeiros em geral e do Branqueamento de Capitais do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, em particular.

5.7 CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

O BIR conta actualmente com 7 (sete) correspondentes bancários, os quais foram sujeitos às seguintes medidas de diligência no âmbito do "Know Your Customer" – KYC:

- Informação sobre os Beneficiários Efectivos - UBOs;
- Informação sobre os Órgãos Sociais;
- Informação sobre as Políticas e Procedimentos de Anti Money Laundering.

Com a recolha desta informação foi possível perceber a natureza da actividade de cada um dos Bancos, avaliar a reputação e a qualidade da sua supervisão, incluindo eventuais antecedentes relacionados com procedimentos investigatórios ou sancionatórios em matéria de Branqueamento de Capitais ou Financiamento do Terrorismo, avaliar as políticas, meios e procedimentos internos partilhados, no âmbito da prevenção do Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo incluindo a avaliação do risco associado ao estabelecimento de tais relações de correspondência.



1. Relação de correspondência estabelecida em 2022.

5.7 NOTAS FINAIS

A Função de Compliance tem por missão acompanhar e avaliar os procedimentos de controlo interno em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, apoiando-se na utilização de ferramentas informáticas adequadas e eficazes e no cumprimento das obrigações de “Know Your Customer”, “Know Your Transations” e “Due Diligence”, respectivamente.

A conjugação destes e outros factores permitiu ao BIR melhorar os processos e sistemas informáticos de acompanhamento e monitorização de clientes de forma adequada à nossa dimensão e complexidade no âmbito das relações de negócio existentes, das novas relações de negócio e das operações realizadas como um todo.

Os princípios basilares referentes a integridade, transparência, honestidade, responsabilidade social e inovação entre o BIR e os seus clientes, também tiveram destaque em 2022 por estarem intrínsecos a cultura organizacional.

GOVERNO E ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DE RISCO

6

GESTÃO DO RISCO

A existência de risco é intrínseca à actividade bancária, pelo que é essencial assegurar uma apropriada e dinâmica gestão dos riscos, em linha com os objectivos do negócio e da rentabilidade expectável a médio e longo prazo, o que implica a quantificação do nível de risco considerado adequado e a definição da forma de o avaliar e monitorizar. Os riscos assumidos devem ser proporcionais ao nível de recursos próprios, capitais alheios e de resultados gerados, dando prioridade à diversificação dos riscos e evitando concentra - ções relevantes. Os riscos assumidos devem estar identificados e avaliados, e devem existir procedimentos para a sua monitorização e reporte, incluindo mecanismos de controlo e mitigação.

Para uma gestão de risco eficaz, o Banco BIR procura de forma contínua e perma - nente alcançar e manter o equilíbrio do binómio risco/rentabilidade, que melhor se adequa à sua dimensão, complexidade e perfil de risco. Assim, a governação do risco, assenta num modelo de gestão prudente e alinhado com as melhores práticas, cujos princípios orientadores são:

- Envolvimento das Direcções e Administradores na gestão e tomada de decisão;
- Integração e atribuição de responsabilidades claramente definidas para a gestão contínua do risco;
- Independência na monitorização e controlo do risco através de estruturas distintas das que assumem o risco;
- Revisão e auditoria periódica aos mecanismos de gestão do risco;
- Adopção de postura conservadora na definição de pressupostos e limites de controlo.

6.1 ORGANIZAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

O principal objectivo da gestão de risco é garantir que o mesmo é gerido de forma a mitigar o seu potencial de impacto, garantindo a satisfação de Clientes, Colaboradores, Accionistas e comunidade. Assim, o Banco BIR promove a estrutura de modo que o controlo e gestão do risco seja parte integrante do plano de actividades e responsabilidade de todas as unidades orgânicas.

O acompanhamento dos principais riscos inerentes à actividade do Banco, é da responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Para assegurar o controlo e gestão do risco, o Banco tem instituídas 3 linhas de defesa:

Đ /, 1 + $ '('()(6$

DIRECÇÕES DE NEGÓCIO, DIRECÇÃO DE OPERACÕES E A DIRECÇÃO DE BANCA ELECTRÓNICA

É da responsabilidade dos Directores Comerciais gerirem diariamente o risco das suas actividades, tendo em atenção os princípios, regras e limites definidos, bem como assegurar o seu reporte regular.

As Direcções de Operações e de Banca Electrónica são responsáveis por assegurar o cumprimento integral de todas as normas e procedimentos definidos, com vista à mitigação de risco, quer através de uma clara segregação de funções quer da revisão dos processos recepcionados para execução.

Đ /, 1 + $ '('()(6$

DIRECÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS, COMITÉ DE CRÉDITO E COMITÉ DE CAPITAL, ACTIVOS E PASSIVOS

A Direcção de Gestão de Riscos é responsável por gerir e controlar activamente o risco em todas as suas vertentes, bem como incorporar as recomendações sobre estas matérias.

Os Comités são responsáveis por acompanhar as políticas de gestão de todos os riscos inerentes actividade da instituição e aconselhar sobre a estratégia de risco a implementar.

6.1 ORGANIZAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

Đ /,1+$ '('()(6$

AUDITORIA INTERNA

É responsável por assegurar análise e avaliação independente e objectiva sobre o cumprimento dos procedimentos, regulamentos e normativos internos e externos aplicáveis.

Temos, portanto, um modelo de gestão de risco assente nas seguintes fases:

Identificação

Visa identificar os riscos actuais e potenciais a que a actividade está sujeita, através de recurso a informação actualizada, tempestiva, e fiável, desenvolvendo-se através das seguintes actividades:

- Recolha de informação fiável e tempestiva das diversas áreas;
- Definição de estratégia para identificar riscos;
- Identificação dos riscos existentes e potenciais;
- Definição e revisão de indicadores e limites;
- Incorporação das recomendações dos relatórios de risco;

Avaliação

Consiste na avaliação qualitativa e quantitativa da informação recolhida, tendo como actividades:

- Reunir dados fiáveis e tempestivos de toda a estrutura;
- Definir pressupostos e modelos de mensuração do risco;
- Desenvolver modelos de mensuração risco;
- Validar e garantir a actualização dos modelos de mensuração risco;
- Calcular e analisar o impacto dos riscos identificados;
- Sujeitar os modelos de mensuração a auditorias periódicas e implementar as recomendações de melhoria;

Monitorização e Controlo

A gestão do risco é sujeita a um processo de monitorização contínuo. Para isso são definidos limites e mecanismos de controlo, que se desenvolvem através das seguintes actividades:

- Monitorar indicadores de risco;
- Garantir e actualizar os indicadores e limites aos diferentes ciclos económicos;
- Desenvolver mecanismos de controlo e alerta de risco;
- Efectuar stress testing com base na definição de cenários de risco;
- Monitorar a adequação do sistema de gestão de riscos;

Reporte

O reporte dos resultados deve ser comunicado sempre que necessário ou de acordo com periodicidade definida. Esta fase tem como actividades mais relevantes:

- Elaboração de relatórios;
- Elaboração de recomendações de mitigação de risco;
- Submissão dos relatórios ao Comité de crédito e Comité de Capital, Activos e passivos;
- Monitorizar a implementação das actividades definidas no plano de acção;

6.2 IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS DE RISCOS

De modo a proceder-se a uma gestão eficaz dos riscos de balanço, é relevante efectuar a distinção das diferentes tipologias de riscos com vista a isolar, com precisão, a origem destes na estrutura do balanço. Assim, o BIR adopta uma segmentação de nove categorias de risco, tanto financeiros (risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial e risco de liquidez), como não financeiros (risco operacional, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia, risco de compliance e risco de reputação). Apresenta-se em seguida a definição para cada uma das categorias de risco identificadas:

RISCO DE CRÉDITO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de um cliente ou contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias prestadas, cartas de crédito e derivados com activos subjacentes compostos por crédito.

O Banco não concede crédito a Clientes que registem incidentes materiais, estejam em incumprimento para com o Sistema Financeiro ou pertençam ao mesmo grupo de Clientes que estejam nas seguintes condições:

- Atraso na realização de quaisquer pagamentos de capital ou juros devidos a qualquer Instituição Financeira;
- Utilização irregular de meios de pagamento da responsabilidade dessa pessoa ou entidade;
- Pendência de acções judiciais contra essa entidade, desde que se considere que o resultado dessa acção pode ter um efeito materialmente adverso na respectiva situação económica ou financeira.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

O processo de avaliação e controlo de risco de crédito está sob responsabilidade da Direcção de Crédito. A apreciação das propostas de crédito pressupõe uma análise rigorosa, enquadrada por parâmetros que se resumem de seguida:

- Nenhuma operação de crédito é aprovada sem uma prévia recolha, verificação e análise critica de informação relevante relativamente ao proponente da operação e à sua situação económica e financeira, à operação objecto de financiamento e às garantias oferecidas;
- As propostas de operações de crédito ou garantias a submeter à apreciação dos órgãos competentes respeitam os seguintes princípios:
  - Encontrar-se adequadamente caracterizadas em ficha técnica, contendo todos os elementos essenciais e acessórios, necessários à formalização da operação;
  - Respeitar a ficha de produto, quando for o caso;
  - Ser acompanhada de análise de risco de crédito devidamente fundamentada;
  - Conter assinaturas dos órgãos proponentes respectivos;
- Na análise de risco de crédito é considerada a exposição total do Banco ao Cliente ou grupo em que o Cliente se integra, nos termos da legislação aplicável em cada momento.

ANÁLISE E PONDERAÇÃO DE GARANTIAS

- Todas as operações de crédito têm associadas garantias adequadas ao risco do mutuário, natureza e prazo da operação;
- As garantias reais são avaliadas previamente à decisão de crédito;

O Banco definiu internamente as seguintes regras de atribuição de nível de risco, para as novas operações:

- Grau de risco mínimo atribuído às novas operações de crédito - B (Risco muito baixo)
- O Banco não concede crédito com classificação de risco superior a C (Risco baixo);

Os graus de risco de todas as operações de crédito, é revisto numa base mensal pela Direcção de Risco.

O Banco definiu e implementou um modelo de cálculo de perdas por imparidade.

O modelo baseia-se numa metodologia própria, que se tra duziu na análise individual de toda a carteira de crédito. As operações sem indícios de imparidade, são analisadas co lectivamente, com base nos benchmarks do mercado, dado que a carteira do Banco é reduzida e relativamente recente.

No fecho de 2022, o Banco tinha uma carteira com forte colaterização. As garantias reais, penhor financeiro, hipo tecas e garantias do Fundo garantia, cobriam cerca de 66,39% da carteira de crédito.

RISCO DE LIQUIDEZ

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, derivada de uma diminuição (real ou percepcionada) da capacidade do Banco para assegurar o financiamento dos activos e cumprir as suas obrigações à medida que se tornam exigíveis.

O risco de liquidez está associado ao desfasamento entre as maturidades dos passivos exigíveis e dos activos por eles financiados, podendo o risco de liquidez agravar-se devido a um aumento anormal e não antecipado da exigibilidade dos depósitos.

O Banco conduz uma gestão prudente dos seus níveis de liquidez, assegurando uma posição, face à sua dimen são, estável, segura e suficiente, com base em activos líquidos e elegíveis, mantendo um prudente rácio de transformação.

A Direcção de Tesouraria e Mercados, assegura o cumpri mento e controlo do gap diário de liquidez, controlando as entradas e saídas de fundos, tendo em consideração o cumprimento das Reservas Obrigatórias.

O Risco de liquidez é também alvo de análise no âmbito do Comité de Capital, Activos e Passivos, com vista à definição da estratégia a adoptar sobre as políticas a implementar a este nível.

De referir que o BNA publicou em 27 de Setembro de 2021, o Instrutivo n. 14/2021, especifico sobre matérias de liquidez. O Banco, conforme exigência do supervisor, procede á análise e reporte desta informação, cum prindo de forma confortável os limites exigidos pelo Banco Central.

A 31 Dezembro 2022, de acordo com a metodologia do Banco Nacional de Angola, o Banco apresentava o se guinte rácio de liquidez global:

- Todas as moedas 168,52%
  (mínimo BNA 110%);

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrageira.

O Banco BIR realiza uma gestão rigorosa da sua posição cambial, procurando de forma activa controlar o seu risco, mantendo para cada moeda e no conjunto de moedas, uma posição que mitigue este risco sem comprometer a capacidade comercial. É responsabilidade da Direcção de Tesouraria e Mercado a gestão destas posições.

O Risco Cambial é alvo de análise no âmbito do Comité de Capital, Activos e Passivos, com vista à definição da estratégia a adoptar sobre esta matéria.

No fecho de 2022, o Banco apresentava uma posição cambial longa de 3,11%.

RISCO DE TAXA DE JURO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturi dades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre os indexantes de referência das taxas de juro activas e passivas ou da exis tência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

A gestão deste risco é feita através do controlo do risco agregado de taxa de juro Balanço e controlo dos impactos, nos fundos próprios e margem financeira, decorrentes de uma variação paralela na curva de taxas de juro.

O Risco Taxa de juro é alvo de análise no âmbito do Comité de Capital, Activos e Passivos, com vista à definição da estratégia a adoptar sobre esta matéria.

No dia 27 de Outubro de 2021, o BNA publicou o Instrutivo n. 22/21, que veio estabelecer os requisitos de análise a observar pelas instituições financeiras (IF) a partir de Outubro de 2021, no âmbito de risco taxa de juro. O BNA exige às IFs, o envio de informação detalhada sobre o seu nível de exposição ao risco taxa de juro, considerando

um choque instantâneo, positivo ou negativo, de 2% nas taxas de juro, que resulta num movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude, estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e margem de juros. O BNA exige reporte imediato, sempre que desta análise resulte uma redução potencial do valor económico, igual ou superior, a 20% dos fundos próprios regulamentares da instituição.

No final de 2022, o Banco apresentava um impacto positivo de 16,61%

RISCO OPERACIONAL

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser negativamente afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Uma gestão inadequada do risco operacional, pode causar danos irreparáveis à reputação de uma instituição.

De forma a mitigar este risco, o Banco promove a elaboração e manutenção de normas de procedimentos, bem como de manuais internos de cada área do Banco. Os normativos estão disponíveis para consulta de todos os Colaboradores na intranet.

Sempre que haja regulamentação externa, o Banco através da sua Direcção Compliance, juntamente com a Direcção de Organização, promove a divulgação e discussão desses normativos, junto das principais áreas com intervenção nos processos, promovendo igualmente a adequação dos normativos e manuais internos, caso seja necessário. Adicionalmente, os membros dos órgãos de gestão e os Colaboradores do Banco, estão sujeitos ao Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração.

A avaliação do cumprimento dos normativos internos e do código de conduta, é da responsabilidade da Direcção de Auditoria Interna (DAI), que avalia a efectividade, eficácia e adequação do sistema de controlo interno, considerando os riscos associados às diversas actividades, de modo a garantir e salvaguardar a integridade e segurança dos activos do Banco e dos seus Clientes.

A actividade da DAI é desenvolvida com independência face às unidades auditadas e em conformidade com os princípios de auditoria interna reconhecidos e aceites internacionalmente. São desenvolvidas análises periódicas às actividades dos órgãos comerciais e serviços centrais, com vista a aferir a sua efectividade e cumprimento das diversas normas que regulam as suas actividades, o nível de disseminação e o nível de conhecimento detido pelos Colaboradores e direcção. É igualmente observada a adequação dos diversos processos de controlo, face aos novos riscos identificados e a sua adequação à legislação vigente. Tal avaliação é complementada por intervenções de auditoria temática a cargo do auditor externo.

RISCO DE COMPLIANCE

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou não conformidades relativamente às leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

A emergência do risco de compliance é intrínseca a qualquer estrutura bancária e ao seu negócio, dado que assenta numa base normativa e legal, orientada por regras definidas pelas diversas entidades de tutela e de supervisão, e por contractos assinados com parceiros de negócio e Clientes.

A detecção, gestão e mitigação eficaz deste tipo de riscos, constituem instrumentos determinantes na gestão do risco reputacional, já que estas representam um dos principais pilares de orientação das actividades do Banco.

É competência da Direcção de Compliance, desenvolver políticas e participar de forma activa na criação de processos e procedimentos, com vista à mitigação do risco de inconformidade, do branqueamento de capitais e do financiamento do Terrorismo.

Angola estabeleceu em 2015 um acordo intergovernamental com os EUA – FATCA, que tem como objectivo a prevenção da evasão fiscal de entidades sujeitas a tributação nos Estados Unidos da América (US Persons), relativos a rendimentos obtidos no exterior. No âmbito deste acordo, as IF Angolanas comprometem-se, de forma resumida, a identificar Clientes que sejam US Persons e a reportar anualmente, dados sobre o património financeiro desses Clientes à autoridade fiscal nacional, que por sua vez assegura o reporte às autoridades fiscais americanas. Na estrutura do BIR, compete á Direcção de Compliance a compilação e reporte desta informação.

RISCO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em consequência da inadap - tabilidade dos sistemas de informação a novas neces - sidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área.

RISCO REPUTACIONAL

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da Instituição, fundamenta - da ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de im - prensa ou pela opinião pública em geral.

ESCALA-PRINCIPAL DE GRAUS DE RISCO		Escala	Categorias de risco	Pontuação
RISCOS DE NÍVEL 1 Categorias materiais	Grau 5	901 – 1600 pts	Mercado	1000 pontos
			Taxa de câmbio	1000 pontos
	Grau 4	701 – 900 pts	-	-
	Grau 3	501 – 700 pts	Crédito	700 pontos
			Estratégia	700 pontos
RISCOS DE NÍVEL 2 Categorias não-materiais	Grau 2	301 – 500 pts	Operacional	400 pontos
			Taxa de juro	400 pontos
			Liquidez	400 pontos
	Grau 1	101 – 300 pts	Imobiliário	200 pontos
			Compliance	200 pontos
RISCOS DE NÍVEL 3	Emergentes	0 – 100 pts	Reputação	100 pontos

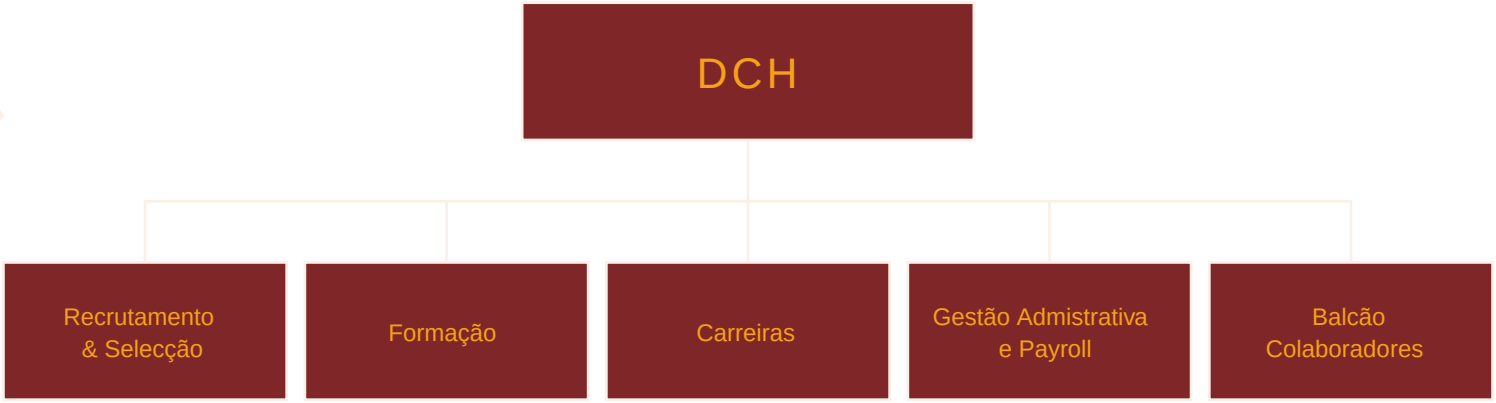
CAPITAL HUMANO

7

DIRECÇÃO DE CAPITAL HUMANO

O BIR, tem como principal função, ser um parceiro estratégico para a sustentabilidade através da implementação de políticas e práticas de gestão de capital humano que promovam o envolvimento, compromisso institucional, desenvolvimento de carreiras, assegurando as competências individuais e organizacionais e gerando com isso, mais valor para todos os Colaboradores e Stakeholders do Banco.

A Direcção de Capital Humano é 1. nível da estrutura do BIR, directamente dependente da Comissão Executiva. Esta Direcção visa concretizar a estratégia de negócio do BIR a curto, médio e longo prazo, sendo o principal objectivo da direcção passa por estabelecer a estrutura orgânica e funcional de cada área tais como, os princípios básicos, as normas e os procedimentos referentes ao processo de gestão em articulação com as respectivas áreas da Direcção de Capital Humano:



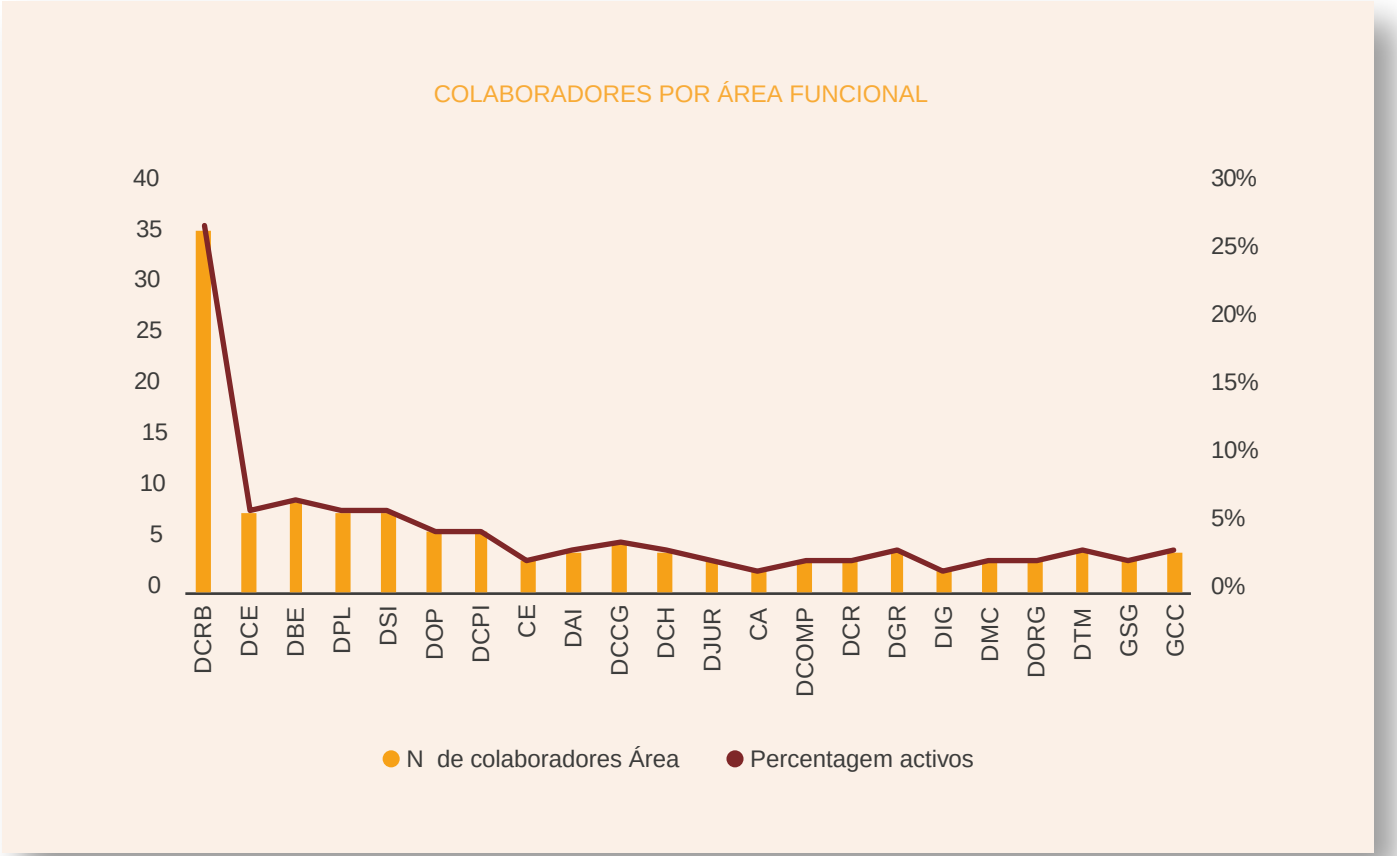
A nossa equipa está comprometida com os mais elevados padrões de qualidade, trabalhamos de forma proactiva e flexível para fornecer soluções funcionais.

Prestamos aos nossos clientes um serviço personalizado que garante a sua conformidade, antecipamos as suas necessidades, fornecemos suporte na tomada de de cisões e é neste registo que o BIR assume a assinatura institucional "Temos Resposta". É o nosso maior compro misso institucional, com base assente numa cultura que materialize o nosso compromisso para com os Clientes e os nossos valores que se reflectem na Confiança, Profissionalismo, Inovação, Ética e Responsabilidade.

Assim sendo, e em linha com a missão do BIR (promover o desenvolvimento regional, contribuir para a modernização e prestar serviços de utilidade pública) para o cumprimen to dos seus objectivos estratégicos a Direcção de Capital Humano acompanha e apoia os Colaboradores nesta mis são que envolve-nos a todos em prol da instituição e do ecossistema, garantido que juntos temos resposta para os nossos Clientes.

Em Dezembro de 2022 o BIR apresenta um Headcount de 131 Colaboradores, um crescimento bastante significativo, comparativamente ao ano de 2021 com 106 Colaboradores activos, criando um impacto muito positivo para a nossa sociedade.

Ao lado ilustramos a informação do crescimento anual de 2022:



RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

Esta área tem como objectivo fundamental o Recrutamento e Selecção de candidatos com elevado potencial, face às necessidades do BIR, de acordo com as políticas internas.

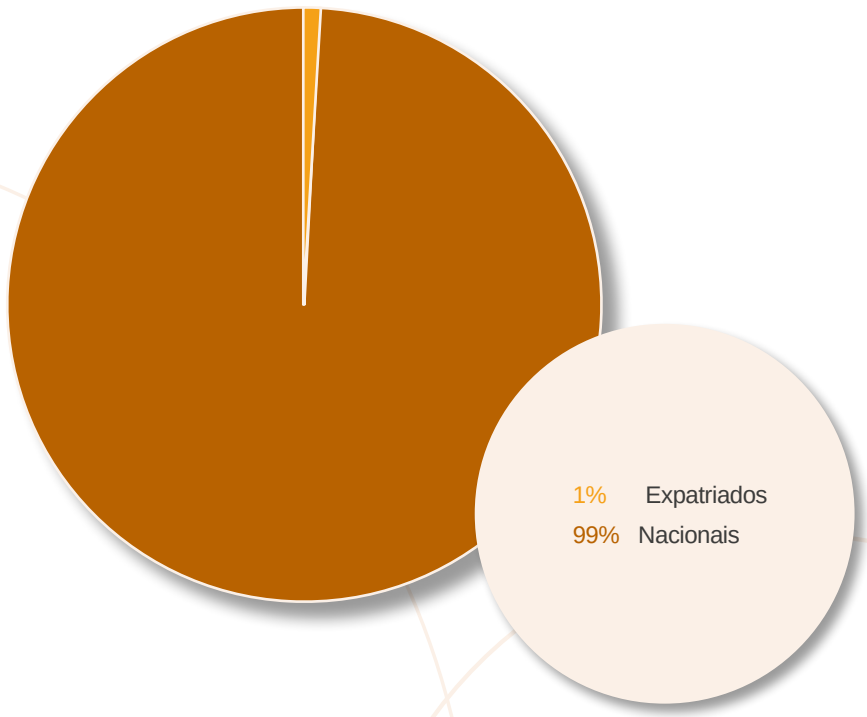
O gráfico abaixo revela a existência de inclusão e diversidade, permitindo sinergias entre os colaboradores mais experientes e os mais jovens, de modo que os objectivos do Banco sejam alcançados, com um número cada vez mais diversificado na sua faixa etária, entre outros aspectos relevantes para o desenvolvimento da instituição.

O BIR continua a apostar nos jovens e na distribuição por género, mantendo assim, as equipas equilibradas.

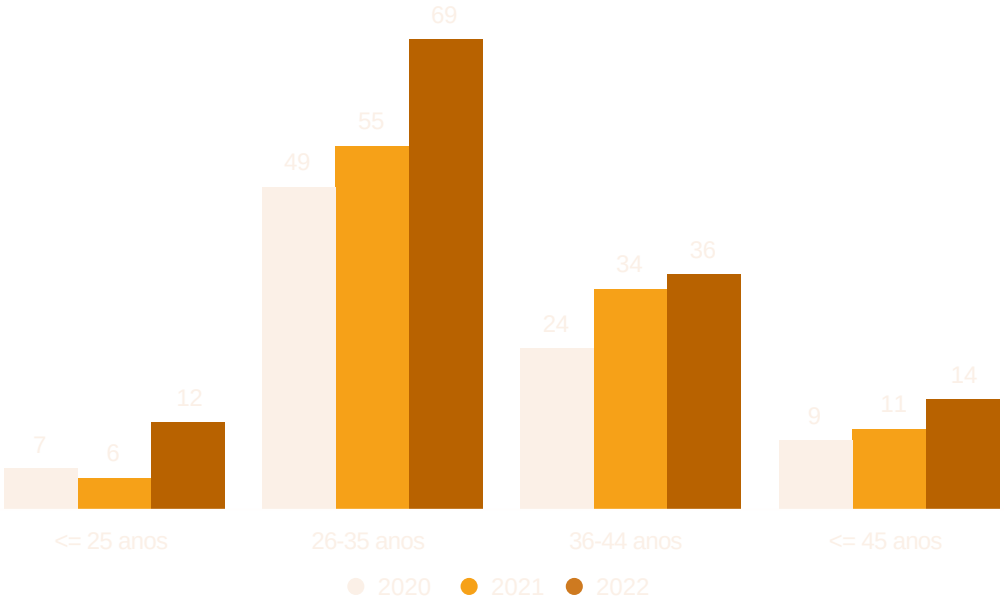
É política do BIR, investir nos quadros nacionais altamente qualificados, obtendo, a longo/médio prazo resultados positivos para o Banco e as suas famílias.

Com isso, assumimos que somos um Banco que aposta nos jovens, na igualdade de gênero e quadros angolanos, podemos verificar a veracidade conforme informação abaixo:

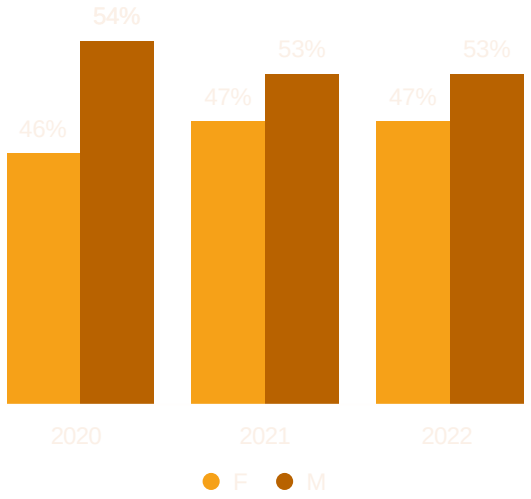
QUADROS NACIONAIS VS EXPATRIADOS



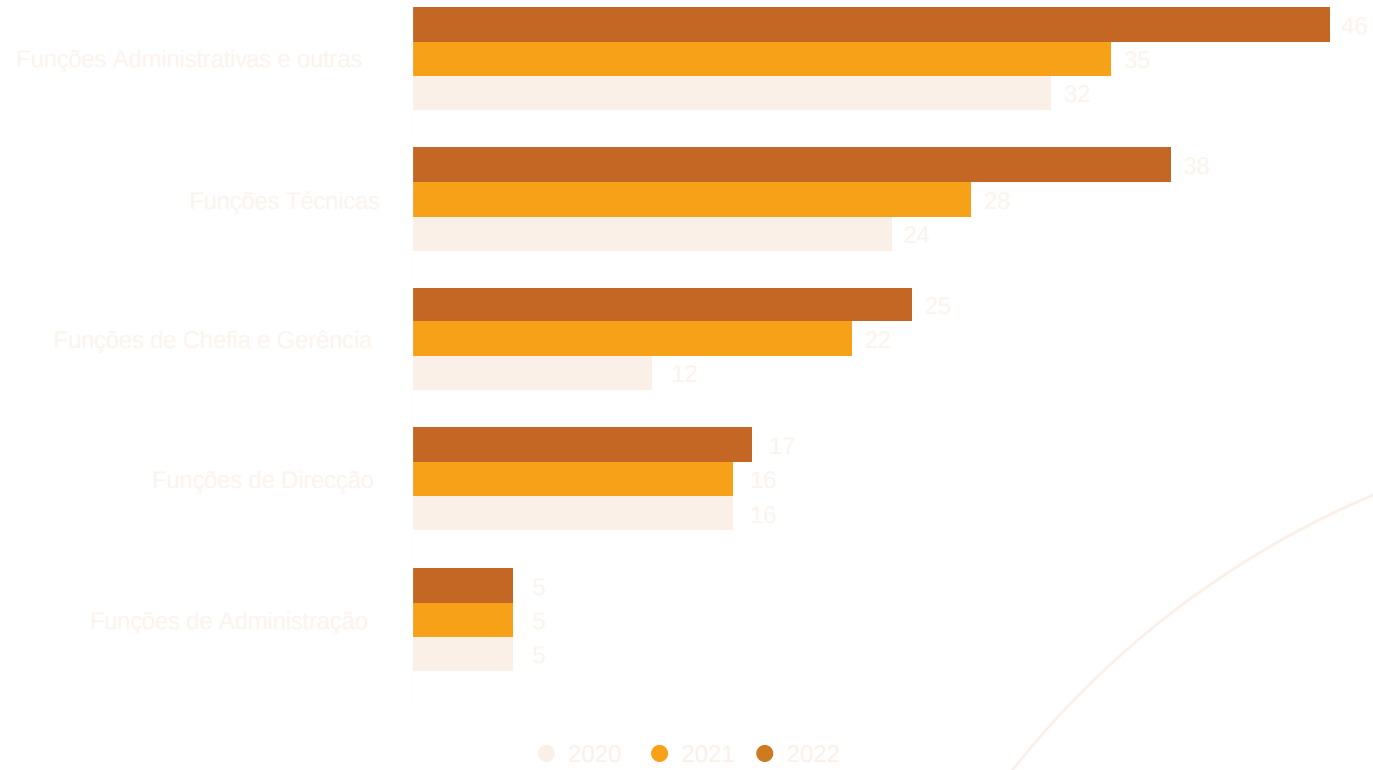
NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES



COLABORADORES POR GÉNERO



DESENVOLVIMENTO FUNÇÕES EQUIPA BIR



CARREIRAS

Tem sido um dos principais focos da Direcção de Capital Humano, com o apoio incondicional da Comissão Executiva do BIR.

A nossa Política de Avaliação de Desempenho representa a importância dada pelo BIR e demonstra de forma real o que se pretende entre os objectivos individuais e das equipas, alinhados à Missão, Visão e Valores estratégicos da instituição.

A Avaliação de Desempenho é uma ferramenta de gestão de suma importância para o BIR, pois tem como principal premissa medir de forma justa e transparente, a performance do nosso maior activo o Capital Humano, garantindo um aumento do nível de produtividade e motivação dos nossos Colaboradores. É o momento em que, por excelência, o Colaborador e o seu Responsável reflectem, conjuntamente, sobre competências e desempenho e também definem estratégias e metodologias para a melhoria contínua da sua actividade.

Tendo em conta o forte impacto em outros processos de gestão estratégica e desenvolvimento do Capital Humano, nomeadamente:

- Formação;
- Mobilidade;
- Desenvolvimento Pessoal e Profissional;
- Revisão Salarial;
- Remuneração Variável.

A materialização do processo anual de Avaliação de Desempenho do BIR, tem sido positiva e eficaz tendo em conta o rigor, acompanhamento e monitorização junto do avaliador e avaliado garantido robustez nos resultados.

Com isso e de acordo com o Modelo de Gestão de Carreiras, o crescimento profissional dos nossos Colaboradores, está fortemente ligado a factores como: entrega de qualidade, produtividade e serviço de excelência dos colaboradores face aos desafios constantes associados ao crescimento do negócio BIR.

Nesta senda, no processo de Avaliação de Desempenho de 2022, foram promovidos 19 Colaboradores, dos quais 8 destes a exercerem funções de Liderança.

Com a dinâmica e crescimento do BIR, os colaboradores respondem de forma positiva aos desafios internos de mobilidade, gerando grande valor para as equipas e ao Banco.

Em 2022, o banco desafiou 3 Colaboradores para abraçarem novos desafios num processo de mobilidade interna, de acordo as suas competências técnicas e comportamentais, na qual responderam positivamente.

Pretende-se com o processo de mobilidade criar oportunidades de construção de um percurso profissional mais sólido, sustentado pelo conhecimento de novas realidades e desenvolvimento de novas competências dando oportunidade aos colaboradores BIR de participarem no desenho da sua carreira profissional.

O processo de mobilidade de Colaboradores representa uma prática que permite ao BIR identificar potencial, preencher funções-chave, partilhar e transferir conhecimentos especializados não disponíveis localmente, reforçar a partilha de conhecimentos e responder aos desafios inerentes à nossa ambição enquanto instituição financeira.

Numa óptica de orientação para o desenvolvimento profissional, a avaliação de desempenho do colaborador reflecte os critérios e exigências da função anterior e actual durante o exercício das funções para o resultado da Avaliação de Desempenho.

Desta forma, o BIR está a estimular cada Colaborador a apresentar desempenhos pautados pela excelência e que permitam ao Colaborador elevar as suas competências técnicas e comportamentais.

FORMAÇÃO

Tem como objectivo a gestão e desenvolvimento das acções de Formação necessárias para o bom desenvolvimento das competências técnicas, comportamentais e transversais dos nossos colaboradores.

Apostar no processo de conhecimento continuo para os nossos Colaboradores a nível técnico e comportamental garante-nos servir os nossos clientes internos e externos com qualidade e entrega com valor.

Investir na formação e desenvolvimento dos nossos Colaboradores continua a ser uma prioridade para o BIR.

Em 2022, investimos 646 horas de acções de formações técnicas, com portamentais e transversais, abrangendo um total de 131 formandos.

Este investimento de capacitação é feito anualmente e reflecte a importância do Capital Humano e o interesse do BIR no desenvolvimento dos seus Colaboradores, tendo em atenção a Estratégia e as necessidades de cada Unidade Orgânica do Banco.

BIR SOCIAL

O BIR na sua génese, tem como Missão imbuída o espírito de Responsabilidade Social, e uma Visão na criação de valor, garantindo que os nossos Valores reflectem, acima de tudo à essência de uma Instituição de Confiança, Ética e Responsabilidade Social.

Com isso, afirmamos que estamos presentes nos principais momentos da vida dos colaboradores, promovendo o bem-estar e um conjunto de iniciativas focadas no equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, criando uma relação de proximidade e compromisso institucional com os nossos colaboradores.

Partilhamos abaixo, algumas iniciativas em prol do Colaborador sendo que os encargos financeiros são a cargo do BIR:

- Refeição Diária (média 1 500 mensal);
- Transporte Público Colectivo;
- Lugar no Parque de Estacionamento (mobilidade reduzida);
- Subsídios (alimentação, comunicação, combustível, falhas, trabalho suplementar, sistema de incentivos comercias para as áreas de negócio, criando uma motivação extra para continuamente apresentarmos uma entrega diária diferenciada junto dos Clientes BIR);
- Happy Hour – (aniversariantes do mês, 12 meses);
- Seguro de Saúde (todos os colaboradores usufruem de um Seguro de Saúde completo, abrangendo o seu agregado familiar - dependendo da tipologia de Contrato);
- Apoio aos Serviços Fúnebres (colaboradores, agregados e pais);
- BIR Desporto;
- Cartão com Benefícios (deskontão);
- Bolsa de Estudos;
- Remuneração Variável (anual);
- Asseguramos também iniciativas que constituem benefícios transversais para os Colaboradores e o seu agregado: Cartão de Crédito BIR Kwanzas, Cartão Pré-Pago BIR em Movimento, Cartão Platina e Cartão Fringe;
- BIR Voluntariado.

O BIR, tem como premissa dinamizar actividades que promovam a qualidade de vida dos Colaboradores e os seus agregados familiares.

Promovendo, deste modo, iniciativas os Colaboradores com a comunidade, através de acções continuadas de Responsabilidade Social Corporativa.

Estabelecendo protocolos com entidades diversas, que assegurem condições vantajosas para os Colaboradores e representem um benefício para os mesmos.

A sua principal Missão passa por proporcionar e respeitar o bem-estar e o futuro dos Colaboradores, fomentando um espírito activo de Responsabilidade Social e de sustentabilidade organizacional, nos seus aspectos fundamentais, para que o Colaborador se sinta um agente envolvido na instituição.

Os nossos Colaboradores são essenciais para a qualidade dos serviços que o BIR se propõe a prestar. A qualidade de excelência dos nossos serviços é tida como parte integrante da estratégia da Instituição, por isso, a Direcção de Capital Humano aposta fortemente no desenvolvimento das suas pessoas através de uma política focada nas suas Carreiras, proporcionando as devidas condições de trabalho e as necessárias oportunidades de crescimento.

8 RELATÓRIO DE GESTÃO

Em 2022 perspectivava-se que as economias continuassem os seus processos de recuperação das consequências negativas da pandemia de COVID-19, contudo, em Fevereiro o mundo deparou-se com um conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, tornando-se no principal facto geopolítico com impacto na evolução da economia, do comércio e das finanças mundiais, levando as instituições internacionais a actualizarem em baixa as suas previsões para o crescimento da economia global.

O ano de 2022 foi particularmente marcado pelo acentuar de disrupções nas cadeias de distribuição com o aumento dos preços da energia e matérias-primas, o que tem induzido uma inflação elevada e o reforço de políticas monetárias mais restritivas, custos de financiamento mais elevados e redução de mão-de-obra disponível em várias economias desenvolvidas, fruto do conflito no leste da Europa e da persistência dos confinamentos na China, devido à política COVID zero.

Para 2022, as projecções do FMI apontavam para um crescimento da economia mundial de 3,2%, pouco mais de metade do crescimento observado em 2021, que se fixou nos 6,0%.

No que diz respeito à economia nacional, apesar da conjuntura internacional de preços altos das matérias-primas e produtos alimentares, a mesma tem-se revelado resiliente. As contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que até ao III trimestre do corrente ano, a economia acumulou um crescimento real do PIB de 3,4%.

De ressaltar que o aumento do preço do petróleo suportou o crescimento do PIB, levando à inflexão da tendência negativa de crescimento ocorrida desde 2014 e induzindo uma valorização do Kwanza face às principais moedas, sendo 9% em relação ao Dólar e 14% face ao Euro.

Contrariamente ao que se tem verificado na maioria dos países, em Angola a inflação tem seguido uma trajectória decrescente desde o início de 2022. No final do exercício a inflação homóloga atingiu os 13,86%, o nível mais baixo dos últimos 4 anos, cumprindo a meta estabelecida no OGE de 2022 que apontava para uma taxa inferior a 18%.

No que diz respeito à actividade petrolífera, destacamos a evolução positiva do preço do petróleo a partir do I trimestre de 2022, influenciado pelas sanções impostas ao crude Russo.

Em Angola, a produção petrolífera manteve-se em 1,2 milhões de barris de petróleo por dia, tendo encerrado o ano com o preço médio de 100,75 dólares por barril. Contudo, as Reservas Internacionais reduziram 6% face ao período homólogo, fixando-se em 14,5 mil milhões de dólares.

PRINCIPAIS DESTAQUES SECTOR FINANCEIRO

I
Em Junho de 2022, o GAFI (Grupo de Acção Financeira Internacional) realizou uma avaliação ao sector financeiro angolano, que visou assegurar o cumprimento das medidas, regras e procedimentos para o combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;

II
No âmbito da privatização das instituições públicas angolanas, o BAI tornou-se na primeira instituição a emitir uma OPI (Oferta Pública Inicial) em bolsa, para a venda de 1.945.000 acções detidas pela Sonangol e Endiama (correspondente a 10% do capital social), sendo um marco histórico no mercado de acções em Angola. Seguiu-se o Banco Caixa Geral Angola, com a venda de 25% das acções detidas pela Sonangol;

III
Divulgação do Instrutivo 05/2022 de 13 de Junho de 2022 (Divulgação Pública de Informação Prudencial). O Instrutivo estabelece as bases para a implementação do Pilar III de Basileia, que diz respeito a disciplina de mercado, sobre as informações a serem divulgadas pelas Instituições Financeiras Bancárias ao mercado, relativamente ao sistema de gestão de risco, capital e solvabilidade, liquidez, modelo de governação e práticas de remuneração, bem como os requisitos que a informação a divulgar deve obedecer, nomeadamente: (i) utilidade; (ii) clareza; (iii) comparabilidade; e (iv) coerência;

IV
O Banco Nacional de Angola (BNA) por via do aviso 17/2022 aumentou a exigência do capital social mínimo dos bancos comerciais de 7,5 mil milhões Kwanzas para 15 mil milhões Kwanzas;

V
O CSSF (Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro) promove a criação de políticas sobre critérios ESG (Enviromental, Social and Governance) transversais a todo sistema financeiro angolano, que se traduz num plano estratégico a ser implementado durante o ano 2023.

VI
Em Outubro de 2022, a agência de notação financeira Moody´s melhorou a perspectiva de evolução do rating de Angola, de estável para positiva, mantendo a avaliação sobre a qualidade do crédito em B3;

VII
Publicação do Instrutivo 13/2022 com o objectivo regulamentar os procedimentos para o reporte de informação sobre governança corporativa e controlo interno no âmbito do aviso 01/2022 sobre o código de governo societário das Instituições Financeiras Bancárias.

VIII
O processo de revogação das licenças dos Bancos para intermediação financeira na BODIVA foi prorrogado para 30 de Dezembro de 2023.

SÍNTESE DE INDICADORES

BALANÇO	2021	2022
Activo	154 025	214 491
Crédito a clientes (valores brutos)	49 444	36 874
Imparidade Crédito	1 140	1 526
Recursos de clientes	122 868	169 787
Carteira de títulos	55 748	122 756
Fundos Próprios	26 745	39 387
Rácio de transformação	39,3%	20,8%
Rácio de Imobilizado	34%	30%

RESULTADOS E RENDIBILIDADE	2021	2022
Margem Financeira	9 516	16 343
Margem Complementar	9 870	12 144
Produto Bancário	19 387	28 486
Custos Operacionais	10 983	11 334
Imparidades e Provisões	(1 977)	893
Impostos	1 337	0
Resultado Líquido	9 042	16 260
Margem financeira / Produto Bancário	49,1%	57,4%
Rácio de eficiência	56,7%	39,8%
ROAA	6,7%	9,1%
ROAE	37,4%	54,6%

ESTRUTURA	2021	2022
Rede de Balcões	7	6
ATM activas	21	36
TPA activos	1 813	2 672
Clientes activos	7 075	9 959
Colaboradores	106	131

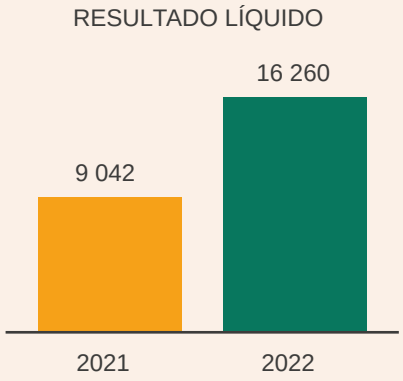
QUALIDADE DO CRÉDITO	2021	2022
Crédito vencido há mais de 90 dias/ crédito a clientes	1,2%	1,8%
Imparidade de crédito / crédito vencido há mais de 90 dias	204,1%	232,1%
Custo do risco (pb)	-101	26

CAPITAL	2021	2022
Rácio de solvabilidade	43,4%	34,8%
Fundos Próprios Regulamentares	24 994	38 092
Activos Ponderados pelo Risco	57 599	109 552

(Milhões de AOA)

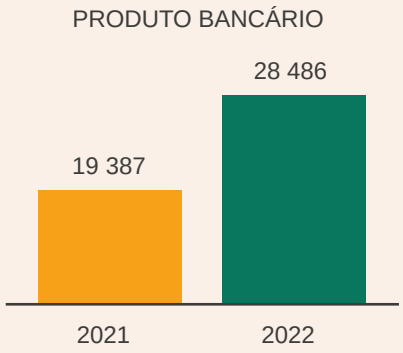
RESULTADO LÍQUIDO

O resultado de 2022 ascendeu a 16.260 milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 80%, comparativamente a 2021.



PRODUTO BANCÁRIO

O produto bancário de 2022 cresceu cerca de 47% comparativamente a 2021, impulsionado pelo crescimento da margem financeira de 72%, bem como dos resultados cambiais, em cerca de 16%.



A margem financeira fixou-se em 16.343 milhões de Kwanzas em 2022. Representando um crescimento de 72% face ao ano anterior. O crescimento da margem deveu-se essencialmente ao aumento do volume médio da carteira de títulos, apesar do aumento do volume médio dos depósitos de clientes.

As comissões totalizaram 4.616 milhões de Kwanzas em 2022, que compara com 4.060 milhões de Kwanzas em 2021. Este aumento é suportado pela variação dos movimentos de ATM/ TPA's e cartões.

Os resultados cambiais atingiram 7.694 milhões de Kwanzas em 2022, o que representa um crescimento de 16% face a 2021.

PRODUTO BANCÁRIO	2021	2022	Var.
Margem Financeira	9 516	16 343	72%
Comissões	4 060	4 616	14%
Resultados Cambiais	6 615	7 694	16%
Outros Resultados	-806	-166	-79%
Total	19 387	28 486	47%

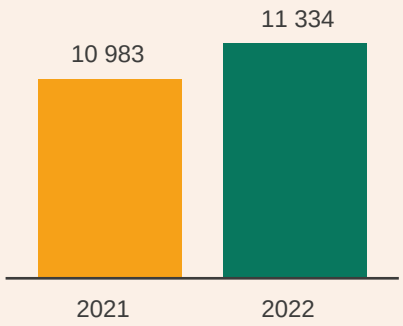
(Milhões de AOA)

CUSTOS DE ESTRUTURA

Os custos de estrutura, que agregam os custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e amortizações do exercício aumentaram cerca de 3%, para 11.334 milhões de Kwanzas (10.983 milhões de Kwanzas em 2021). Esta evolução decorre essencialmente do aumento dos custos com remunerações.

O rácio de eficiência situou-se em 39,8% em 2022, registando uma diminuição de cerca de 16,9 pontos percentuais comparativamente a 2021, em virtude de o produto bancário apresentar uma taxa de crescimento mais forte do que a dos custos operacionais.

RESULTADO LÍQUIDO



CUSTOS DE ESTRUTURA	2020	2021	Var.
Custos com Pessoal	4 152	5 991	44%
Fornecimentos e serviços de terceiros	5 626	3 736	-34%
Amortizações do exercício	1 205	1 608	33%
Total	10 983	11 334	3%

(Milhões de AOA)

RENDIBILIDADE E SOLIDEZ

A rendibilidade dos capitais próprios (ROAE) fixou-se em 54,7%, mais 17,2 pontos percentuais comparativamente a 2021.

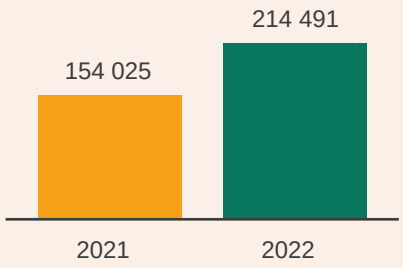
A 31 de Dezembro de 2022, o rácio de solvabilidade correspondia a 34,8%, acima do limite regulamentar (15,65%).

ACTIVO

O total do activo cifrou-se em 214.491 milhões de Kwanzas, em Dezembro de 2022, que compara com 154.025 milhões de Kwanzas em Dezembro de 2021.

Este crescimento foi essencialmente suportado pelo crescimento dos recursos e pelos meios libertos pelo crédito, o que permitiu o aumento da carteira de activos financeiros mensurados ao custo amortizado e a criação da carteira de activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultado.

ACTIVO



DEPÓSITOS E CRÉDITO

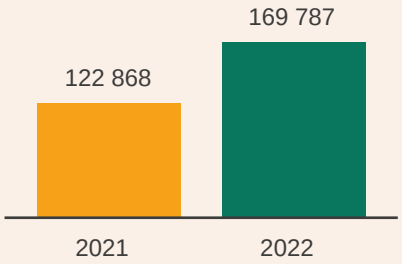
Os depósitos de clientes tiveram um crescimento de cerca de 38% face a 2021, ascendendo a 169.787 milhões de Kwanzas, como resultado da estratégia de diversificar a base de cliente e alargar a oferta de produtos e serviços.

A carteira de crédito teve um decréscimo de 27% face ao ano transacto, resultado da liquidação antecipada de algumas exposições e vencimentos ao longo do ano de 2022.

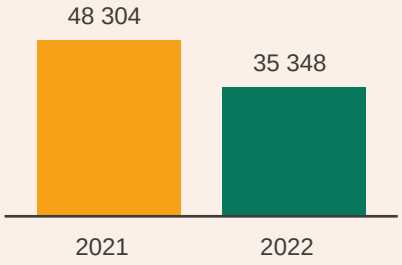
Este facto contribuiu para reduzir o rácio de transformação, que passou de 39% em 2021 para 21% em 2022.

No que diz respeito à qualidade de crédito, o Banco mantém-se numa posição bastante confortável. O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em 1,8% e o rácio de cobertura do crédito vencido por imparidades em 232,1%.

DEPÓSITOS



CRÉDITO



REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A 31/12/2022 o BIR detinha uma rede de 6 Agências,
2 Centros de Empresas e 1 Centro de Private e Institucionais.

AGÊNCIA 1 DE MAIO

AGÊNCIA DE VIANA

AGÊNCIA DO PORTO DE LUANDA

AGÊNCIA DE BELAS

AGÊNCIA DO BAIRRO AZUL

AGÊNCIA DESKONTÃO

CENTROS DE ATM'S

Acresce salientar que durante o ano de 2022 o Banco procedeu à abertura de mais 2 Centros de ATM's, terminando o exercício com 4 Centros de ATM'S.

CENTRO DE ATM AEROPORTO

CENTRO DE ATM PATRIOTA

CENTRO DE ATM CAMAMA

CENTRO DE ATM RUA DA MISSÃO